



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL**

LUCIANA GOULART DA ROCHA FONSECA

**DO INTERESSE INDIVIDUAL À CONSTRUÇÃO DA VONTADE
COLETIVA**

Florianópolis, SC

2014

LUCIANA GOULART DA ROCHA FONSECA

**DO INTERESSE INDIVIDUAL À CONSTRUÇÃO DA VONTADE
COLETIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao
Curso de Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina como
parte dos requisitos para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social

Orientadora: Maria del Carmem Cortizo.

Florianópolis

2014.

LUCIANA GOULART DA ROCHA FONSECA

**DO INTERESSE INDIVIDUAL À CONSTRUÇÃO DA VONTADE
COLETIVA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido à avaliação e aprovado pela Comissão Examinadora para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pelo Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2014.

Comissão Examinadora

Professora Dra. Maria del Carmen Cortizo
Presidenta da Banca

Professora Dra. Liliane Moser
Membro

Professor Dr. Helder Boska de Moraes Sarmiento
Membro

Dedico este trabalho em especial a minha neta Ana Clara, mas também as Anas, aos Leos, aos Vitors, aos Andrés, as Vitorias, as Valentinas, aos Horacius, aos Joaquins e todas as novas gerações que nos enchem de esperança.

Dedico este trabalho a meu pai in memoriam.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe Leida Goulart da Rocha pelo incentivo dado e de sempre me mostrar que o maior legado da vida é o conhecimento, por isso nunca desisti.

Ao meu companheiro de longa data Roberto de Andrade Fonseca, aos meus filhos Amanda, Mariana e Pedro, por respeitarem meus sonhos e apoiarem-me nesta empreitada.

Aos meus irmãos, Cláudio e Cleber, as minhas irmãs Cybelle e Cristina, que mesmo longe sempre estiveram me apoiando.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas pelos incentivos, sorrisos, caronas e ajuda nos momentos que precisei.

A todos os meus *Mestres* pela dedicação, orientação, respeito e carinho durante todo este período.

Ao PET Conexões de Saberes, pelos aprendizados extracurriculares que pude realizar. A minha tutora Myriam Mjavila que me proporcionou além de orientação, apoio nos momentos em que não pude estar presente. Aos meus colegas *petianos* pelo respeito e carinho.

A professora Iliane Kohler pelo carinho e respeito que teve por mim durante o período que trabalhei com ela no NESSOP.

A todo grupo do Setor de Captação do HEMOSC onde realizei meu estágio. Em especial a minha supervisora de estágio Rosane Suely May Rodrigues que foi sempre amiga, companheira e compreensiva em todos os momentos que precisei.

A minha orientadora Maria del Carmen Cortizo pela tranquilidade, carinho, incentivo e orientação para este trabalho.

A grande turma que ingressou comigo no Curso de Serviço Social. Foram companheiros de boas risadas, de aprendizado, de boas conversas.

Minha admiração especial para minha colega e amiga Caroline de São Leão que permanecerá na minha vida para sempre – *Melhores Amigas!*

Ao Lucas Pantaleão com quem dei boas risadas para chegar ao final deste trabalho.

A minha sobrinha Rafaela Gomes que me mostrou o caminho para chegar até a Universidade Federal de Santa Catarina, através do curso Pré Vestibular da UFSC e a todos os professores que naquele período me apoiaram e incentivaram depois de tantos anos afastada dos estudos.

A todos que cruzaram o meu caminho para torná-lo mais suave.

Todos estes que aí estão
Atravancando o meu caminho,
 Eles passarão.
 Eu passarinho!
Mário Quintana

RESUMO

Este trabalho visa analisar como se dá a conformação da vontade coletiva a partir do indivíduo como ser intelectual na sociedade e como propulsor para um novo projeto ético-político. A intenção é contribuir para uma reflexão crítica sobre a importância do movimento intelectual para a transformação social, bem como análise da aproximação dos profissionais do Serviço Social com a perspectiva de assumirem o papel de agentes de ações conjuntas para mudanças sociais. O Estudo se desenvolve a partir de pesquisa bibliográfica sobre conceitos que mostram a concepção de sociedade civil, sociedade política, Estado ampliado, ideologia, hegemonia, vontade coletiva, corporativismo, economicismo, intelectual, intelectual orgânico entre outros e será tratado através dos autores Coutinho (2000), Gramsci (2000), Nogueira (2011), Portelli (1977), Semeraro (1999 -2006), Simionatto (1995-2012). A segunda seção versa sobre o projeto de construção da vontade coletiva e como este se dá dentro das complexidades de um sociedade capitalista. Na terceira seção para tratar sobre o papel dos intelectuais no processo de construção de um projeto ético-político as reflexões serão feitas a partir da categoria gramsciana de intelectuais mostrando a importância destes para a construção de um projeto ético-político. A quarta e última seção apresenta as considerações sobre a apropriação do Serviço Social brasileiro da concepção de intelectual e intelectual orgânico em Gramsci, que visa elencar as possibilidades da atuação profissional para o projeto de uma sociedade que visa emancipação humana.

Palavras-chaves: vontade coletiva, intelectual, intelectual-orgânico, Serviço Social e projeto ético-político.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA VONTADE COLETIVA	10
2.1 SUPERAÇÃO DO CORPORATIVISMO PARA CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO ÉTICO	24
3 O PAPEL DOS INTELLECTUAIS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA VONTADE COLETIVA	28
4 A APROPRIAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO DA CONCEPÇÃO DE INTELLECTUAL ORGÂNICO DE GRAMSCI.....	44
4.1 CONCEPÇÃO DE INTELLECTUAL E INTELLECTUAL ORGÂNICO NA ATUALIDADE.	44
4.2 A APROPRIAÇÃO DO CONCEITO DE INTELLECTUAL PELAS INSTITUIÇÕES ACADÊMICAS DO SERVIÇO SOCIAL	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste trabalho é compreender o alcance e os encadeamentos que a afirmação dos assistentes sociais como “intelectuais” e/ou como “intelectuais orgânicos” têm nas discussões sobre as relações ética-política e teoria-prática no Serviço Social. Como objetivos específicos, o intuito é conhecer as concepções contemporâneas sobre o papel político dos intelectuais baseado nos estudiosos em que me apoiei para a construção desse trabalho como: Hugues Portelli, Marco Aurélio Nogueira, Giovanni Semeraro, Ivete Simionato e Carlos Nelson Coutinho; conhecer o conceito de “intelectual orgânico” de Gramsci e compreender seus desdobramentos nas relações ético-política e teórico-prática; problematizar o uso do conceito de “intelectual” e de “intelectual orgânico” no Serviço Social.

Este trabalho justifica-se pela necessidade de discutir sobre o movimento dos indivíduos no processo socioeconômico, cultural e político nos tempos atuais, em uma sociedade onde a hegemonia prima por um projeto neoliberal, *com menos Estado para o social e mais Estado para o econômico*. Para cumprir este objetivo é necessário compreender como o indivíduo se apropria da sua capacidade de enfrentar e transformar a realidade que o permeia – compreendendo os meios: social, econômico, político e cultural que, *a priori*, já está nele introjetada – para uma mudança de direção, para uma apropriação do cívico, do sujeito político para busca de uma sociedade mais democrática, em que as relações possam ser mais humanizadas.

Por isso, busca-se apresentar reflexões sobre o exercício profissional dos assistentes sociais na contemporaneidade que desafia o conhecimento e os modelos de interpretação do mundo. As transformações sociais, econômicas, políticas e culturais trazem consequências ao Serviço Social que não ficou imune e, ao longo de sua trajetória, tem demonstrado, através de suas produções, a busca pela renovação de recursos teóricos e práticos. O conhecimento produzido no interior da profissão, mesmo constituindo-se, algumas vezes, de forma parcial, inacabada, inversa e alienada, possibilita identificar momentos de continuidade, avanços e rupturas. O Serviço Social nasce, desenvolve-se e (re)orienta-se através do acervo cultural herdado da modernidade, levando sempre em conta as configurações, articulações e tensões que constituem a estrutura da realidade social abarcando todas as suas implicações .

Após o terceiro quartel do século XX, no âmbito do marxismo, os diálogos mais frequentes do Serviço Social tem sido o pensamento de Antonio Gramsci, para pensar

os processos políticos pós-ditadura militar que o Brasil viveu durante aproximadamente vinte anos e, ao mesmo tempo, para a qualificação do processo de renovação do Serviço Social, pois trouxe alterações importantes no estatuto teórico-político e prático-operativo, tonificando o desenvolvimento de uma atitude mais crítica e investigativa (SIMIONATTO & CAROLINA, 2012).

A análise da literatura, publicada do final do século XX até os dias atuais, possibilita assinalarem produções diversas do Serviço Social brasileiro, a frequente aproximação com as categorias gramscianas, utilizadas tanto como embasamento para análises relativas a apreciação dos processos sociais quanto à peculiaridade do fazer profissional. Pode-se verificar que o legado gramsciano prossegue semeando interesses, estimulando interrogações do passado, dos acontecimentos e das situações desafiadoras que têm marcado os dias atuais.

O papel dos intelectuais tem sido discutido há muito dentro do Serviço Social. Conforme nos traz Simionatto (1995), é na década de 1980 que a profissão começa a discutir o papel do assistente social como intelectual, questionando o fazer do assistente social dentro de um processo democrático para emancipação humana.

Na seção 2, *Projeto de Construção da Vontade Coletiva* serão abordadas categorias como sociedade civil, sociedade política, bloco histórico, ideologia, intelectual orgânico, corporativismo, economicismo, vontade coletiva, hegemonia e democracia entre outros, para que possamos compreender como se consubstancia tal projeto considerando a complexa gama de fatores que devem ser analisados quando se trata de um Estado capitalista onde vigora um projeto (*neo*) liberal que visa o Estado voltado para o mercado em detrimento do social.

Na seção 3, *O Papel dos Intelectuais no Processo de Construção da Vontade Coletiva* terá importantes reflexões dos estudiosos gramscianos para abordar a categoria de intelectual em Gramsci, como se dá a formação dos intelectuais nos tempos e movimentos da sociedade para a compreensão da sua importância na construção de um projeto ético-político.

Na seção 4, *A Apropriação do Serviço Social Brasileiro da Concepção de Intelectual Orgânico de Gramsci* utilizou-se principalmente o conceito de Intelectual Orgânico na perspectiva do fazer profissional dos assistentes sociais fazendo-se um levantamento histórico de como o Serviço Social se apropriou desta categoria para a reflexão da realidade e da práxis da profissão.

Ao final desse estudo, serão apresentadas considerações e possibilidades da atuação do assistente social como intelectual e algumas reflexões para o fortalecimento da profissão de Serviço Social como práxis interventiva junto aos sujeitos sociais.

2 PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA VONTADE COLETIVA

Para pensar num projeto de construção coletiva, neste início do século XXI, deve-se ter em mente o quadro de despolitização e de individualismo que vivemos. Conforme Nogueira (2011), “estes processos não nasceram de um “defeito” da humanidade oculta dos homens”, mas de problemas políticos, combinados a erros dos partidos democráticos com uma hegemonia que, claramente, subestima a política, mercantiliza a vida e difunde uma ideologia de autossuficiência. Este capítulo visa entender, através do pensamento marxista de Gramsci e de alguns dos seus estudiosos, como se desencadeia um projeto de construção da vontade coletiva dentro do Estado capitalista.

O interesse pelos estudos de Gramsci (autor dos *Cadernos do Cárcere*) por intelectuais, políticos e integrantes de movimentos sociais brasileiros e latino-americanos, acontece, sobretudo, a partir da década de 1970, “devido à empatia, que deriva da proveniência de regiões periféricas; há afinidades com uma história de vida marcada por privações, discriminações e violências sofridas pelos aparelhos de repressão” (SEMERARO, 2003, p. 262). Gramsci viveu cerca de 20 anos, no período fascista, nos cárceres da Itália. Este estudioso teve a consciência do fim de um ciclo histórico e começo de um tempo marcado pela incursão das massas na história.

Gramsci afirma, conforme Semeraro (2003), que as classes subalternas tornam-se hegemônicas através do distanciamento crítico da realidade, da formação da sua autonomia pela ação política, da representação de si por uma cultura própria, da participação ativa na construção de um projeto popular de democracia, articulado com forças nacionais e internacionais.

Segundo Semeraro (1999), Gramsci, levando em consideração a conjuntura política, econômica e social do seu tempo, como o fascismo na Itália, o retrocesso político na União Soviética e o economicismo americano, passa a rever alguns conceitos da tradição marxista e a repensar a questão do Estado, em relação com a sociedade. Gramsci percebeu que nas lutas das classes trabalhadores não havia “um projeto de Estado e de sociedade que tornasse os trabalhadores mais organizados e independentes

diante dos sistemas totalitários e das teorias liberais, então hegemônicas” (SEMERARO, 1999, p.69).

Semeraro (1999) versa que para Gramsci não existia um conceito de sociedade, com embasamento teórico que, a partir das lutas populares, conseguisse transpor a ofensiva da cultura dominante. Para Gramsci o que aniquilava os caminhos para a liberdade e exauria os esforços das classes oprimidas na construção de seu projeto hegemônico estava para além da subordinação econômica, concentrava-se na subordinação ideológica, por isso o estudioso ao “delinear os instrumentos teóricos para uma *ciência política dos operários* reserva uma posição central à temática do Estado e aos modernos mecanismos de conquista da hegemonia” (SEMERARO, 1999, p.70), contrapondo-se aos teóricos do seu tempo que escreviam sobre política, mas deixavam incólumes as relações sociais, impedindo conquistas efetivas das classes operárias.

Perante a grave “crise orgânica” que se abateu sobre a Europa, a resposta “moderna” dos setores dominantes se apresentava como uma reafirmação das tendências autoritárias e uma política populista mistificadora que visava favorecer a formação do “homem-massa” e despolitizar os conflitos sociais. Operava-se apenas uma “rotação no poder governativo, dum fração no lugar da outra, mas sempre do mesmo agrupamento dominante; não da fundação e da organização dum nova sociedade política, e menos ainda de um novo tipo de sociedade civil (GRAMSCI *apud* SEMERARO, 1999, p.71).

Os estudos de Gramsci, segundo Semeraro (1999), se concentram justamente sobre a expansão desse novo tipo de *sociedade civil*. Sociedade civil é um conceito da teoria política que muito antes de autores como Hegel, Marx e Croce, diferentes autores aplicaram esta categoria para indicar a esfera das livres atividades econômicas e comerciais, o espaço dos contratos e das associações voluntárias que aconteciam nas relações entre indivíduos fora da esfera do Estado. Na realidade, no decorrer do período moderno, “sociedade civil” significou o espaço da burguesia, a constituição das relações que foram se consolidando ao redor do mercado, da livre iniciativa e das regras que regulamentavam a propriedade particular no intrincado movimento das novas sociedades. Gramsci, em seus escritos, supera este significado, dando-lhe um sentido totalmente diferente do adotado pela tradição jusnaturalista dos liberais. Para o estudioso, *sociedade civil* é o campo particular de subjetividades e da multiplicidade de iniciativas, não é apenas território que burguesia *destinou* para seus projetos econômicos e para hegemonia do mundo moderno. Na sociedade civil delineado por

Gramsci “as classes subalternas podem conseguir um espaço privilegiado para organizarem suas associações, articularem suas alianças, confrontarem seus projetos sociopolíticos e disputarem o predomínio da hegemonia” (SEMERARO, 1999, p.158).

Gramsci parte das necessidades concretas das classes subalternas, de experiências como as dos “Conselhos de Fábrica” de Turim, onde os indivíduos chegaram a se organizar socialmente e conquistaram espaços hegemônicos para o seu projeto de sociedade. Naquela experiência marcante foi provado que um movimento de fábrica tende a tornar ‘subjetivo’ o que é posto ‘objetivamente’, que dum ‘sistema de fábrica’ pode-se gerar uma “vontade coletiva” capaz de reinventar o modo de produção capitalista e introduzir uma “ruptura radical entre capitalismo e industrialismo (SEMERARO, 1999, p. 160). “O nexo pode dissolver-se; a exigência técnica pode ser pensada concretamente, separada dos interesses da classe dominante, não só, mas unida aos interesses da classe subalterna. Que uma tal ‘ruptura’ e uma nova síntese seja historicamente madura é demonstrado peremptoriamente pelo fato mesmo de que tal processo é compreendido pela classe subalterna, que por isso não é mais subalterna, o que mostra suas capacidades de sair da condição de subordinada” (GRAMSCI *apud* SEMERARO, 1999, p. 160).

O ponto de partida e de chegada para Gramsci, segundo Semeraro (1999), é sempre a liberdade e o benefício do indivíduo. A sociedade civil é o lugar onde os indivíduos expropriados de sua dignidade e fragmentados em suas atividades podem arranjar condições para construir a sua subjetividade e a sua personalidade. Os sujeitos ao organizarem-se desenvolvem suas potencialidades públicas e coletivas e sob este aspecto existe um caminho do *ser particular para o ser social*.

No Brasil, o conceito de sociedade civil, na conjuntura da ditadura militar (1964-1985), tornou-se sinônimo de tudo aquilo que ia de encontro ao Estado ditatorial considerando-se que tudo que decorria da sociedade civil era considerado positivo, por outro lado, o que decorria do Estado era negativo. Portanto, não se tratava de uma perspectiva gramsciana.

Este processo de afastamento entre sociedade civil e o Estado facilitou, a partir dos anos 1980, com a ideologia neoliberal já em ascensão, a condenação de tudo o que provinha do Estado e “uma apologia acrítica de uma “sociedade civil” despolitizada, ou seja, convertida num mítico “terceiro setor” falsamente situado para além do Estado e do mercado” (COUTINHO, 2000).

Para o entendimento de tal processo, é inexorável a compreensão de conceitos e categorias estudadas por Gramsci, entre elas: sociedade civil, bloco histórico,

intelectual, intelectual tradicional, intelectual orgânico, corporativismo, economicismo, vontade coletiva, hegemonia e democracia entre outros que servem de subsídios para este texto.

Os estudos de Gramsci, no início do século XX, já faziam perceber que o modelo econômico capitalista avançado, apoiado no sistema fordista, pretendia indivíduos programados para o consumo, formatando suas condutas e suas subjetividades, fato que, segundo Semeraro (2006), se complexificou ainda mais, com o processo de “globalização” regido pelo projeto neoliberal conduzido pelos países imperialistas.

[...] a grande questão para Gramsci era: de que forma “a classe trabalhadora podia construir uma nova hegemonia em um mundo onde não se podia minimizar a magnitude do poder, as metamorfoses de um capitalismo sofisticado, a complexidade das suas ramificações na cultura, na educação na religião, nos meios de comunicação, nas novas formas de ideologias totalitárias? Por isso, chama continuamente a atenção sobre as mudanças históricas, os avanços científicos e tecnológicos, sobre a complexa atividade do Estado, sobre a esfera decisiva da sociedade civil, a multiplicidade de frentes de luta, as dinâmicas contraditórias das ideologias e das culturas. Todas dimensões, estas, que exigiam dos trabalhadores elevados níveis de conhecimento e de formação, muita criatividade e imaginação, mais demorados e desgastantes prazos de luta para construir um socialismo de forma processual, capilar, em conjunto e em sintonia com as crescentes aspirações de liberdade e de democracia popular (SEMERARO, 2006, p. 56).

Para Semeraro (1999), Gramsci percebeu que faltava uma concepção própria de sociedade, uma fundamentação teórica que, partindo das lutas populares, fosse capaz de superar a ofensiva da cultura dominante, pois para além da dependência econômica era a subordinação ideológica que impedia que as classes subalternas construíssem um projeto hegemônico para a busca de caminhos para a liberdade.

É sobre a concepção de um novo tipo de sociedade civil e a superação da visão que aborda o Estado numa concepção de política-força, que Gramsci procura evitar dois tipos de confusão criados na relação entre sociedade política e sociedade civil: um de caráter economicista e liberal, que identifica o Estado com o governo considerando a sociedade civil como um setor autônomo à parte, regulada pelas regras “naturais” da liberdade econômica, e outra de caráter totalitário e organicista, que deriva dos sistemas totalitários que tendem a identificar o Estado e a sociedade civil, unificando “ditatorialmente” os elementos da sociedade civil no Estado. (SEMERARO, 1999).

Para Gramsci, sociedade civil é um espaço aberto às iniciativas dos sujeitos com seus interesses, com seus valores ético-políticos e suas dinâmicas associativas que formam as variáveis das identidades coletivas. É o lugar onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver as suas convicções e a lutar pelo seu projeto hegemônico. (SEMERARO,2006).

Segundo Semeraro (2006), em Gramsci, não existe nenhum ‘sujeito homogêneo’ que possua de antemão uma vocação revolucionária, já que os projetos políticos qualitativamente superiores e o panorama mais avançado dos trabalhadores somente podem resultar da capacidade de luta, da concepção de sua autonomia, do arranjo e das conquistas sociais abertas a uma história que não garante nada *a priori*. As conquistas das classes dominadas não podem se reduzir às reivindicações econômicas, produção e ao consumo material, mas devem partir de uma nova forma de pensar, introduzir valores e relações sociais que impulsionem à participação, a criatividade, a responsabilidade, a construção de um conhecimento democrático que permite um “progresso intelectual de massa e não apenas de reduzidos grupos intelectuais” (GRAMSCI *apud* SEMERARO, 2006, p. 29). Por isso, em Gramsci o sentido de *hegemonia* além de prático-político, significa um progresso filosófico e não unicamente psicológico e moral, pois pretende à criação de novas perspectivas epistemológicas e científicas, “cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências, dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico” (GRAMSCI *apud* SEMERARO, 2006, p. 29). A realização de um projeto econômico, ético-político e científico-cultural exige uma condição de conhecimento que saiba associar e nortear as lutas de todo um grupo social na concepção de um novo tipo de sociedade.

Mesmo na posição de dominados, Gramsci, acredita que nenhum indivíduo se torna totalmente cego e alienado, que seja inábil de pensar criticamente, de se organizar e lutar por possibilidades outras. O estudioso observa que existe na consciência dos explorados uma mescla contraditória de valores, em parte derivados da perspectiva dos seus governantes e, em parte decorridos do próprio saber popular e das próprias experiências sociopolíticas.

No vocabulário de Gramsci o conceito de ideologia é complexo.

[...] E, se a ideologia não é um mero reflexo das estruturas materiais, por ter uma sua autonomia relativa, também não é uma ilusão, uma pura criação da imaginação deformada das pessoas, uma vez que é um *fato histórico real*, operante na conduta dos homens. Na verdade trata-

se de uma popularização de concepções filosóficas, da manifestação concreta de como as pessoas entendem o mundo. Deste modo as ideologias podem se tornar tanto instrumento de dominação como de promoção dos grupos subalternos, porque além do poder de desagregação, as *ideologias* podem ter uma função *orgânica*, de consciência e de *cimento* aglutinador das diversas lutas dispersas no universo popular [...] Gramsci está convencido de que é por meio da ideologia que determinados grupos sociais (SEMERARO, 2006, p.31) “tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias responsabilidades, do próprio devir” (GRAMSCI *apud* SEMERARO, 2006, p.30-31)

Portelli (1977) expõe que, na concepção de Gramsci, a ideologia é um conjunto complexo e deve ser considerada sob diferentes aspectos, dentre eles, como ideologia da classe dirigente, abarcando os vários ramos da ideologia, da arte à ciência, incluindo a economia, o direito, etc.; como concepção do mundo, difundida em todas as camadas sociais para vinculá-las à classe dirigente, ela se adapta a todos os grupos em diferentes graus, através da filosofia, religião, senso comum, folclore; e, como direção ideológica da sociedade, articula-se em três níveis essenciais: a ideologia propriamente dita, a “estrutura ideológica” – isto é, as organizações que criam e difundem- e o “material ideológico, que engloba o sistema escolar, *mass media*, bibliotecas, etc.

É importante salientar que a sociedade civil, em Gramsci, compreende organismos “privados” e voluntários, como os partidos, as diversas organizações sociais, os meios de comunicação, as escolas, as igrejas, as empresas, etc., e que se caracteriza pela elaboração e a difusão das ideologias e dos valores simbólicos que visam a “direção”. Já a sociedade política engloba instituições públicas, como o governo, a burocracia, as forças armadas, o sistema judiciário, o tesouro público e se caracteriza pelo conjunto dos aparelhos que concentram o monopólio legal da violência e visa a “dominação” (SEMERARO, 1999).

Portelli (1977) versa que, para Gramsci, a ideologia está em todas as manifestações da vida individual e coletiva, sendo essenciais apenas as que ele denomina de ideologias “orgânicas”, isto é, as vinculadas a uma classe fundamental, sendo que a princípio vinculam-se ao plano econômico dessa classe, porém alastram-se conforme se desenvolve a hegemonia sobre todas as atividades do grupo dirigente. Este cria uma ou várias camadas de intelectuais que se especializam em um aspecto da ideologia desse grupo: a economia, as ciências, a arte, etc. Os diferentes ramos da ideologia, qualquer que seja sua aparente independência, constituem as diversas partes do mesmo todo: a concepção de mundo da classe fundamental.

[...] revela-se que a ideologia - e a sociedade civil – englobam quase todas as atividades da classe dirigente e, assim, da superestrutura: uma concepção tão ampla da ideologia explica suficientemente porque Gramsci lhe atribui papel essencial no seio do bloco histórico (PORTELLI, 1977, p.24).

Um aspecto importante a ser considerado sobre a sociedade civil é como se dá a sua articulação interna, pois conforme sua organização é que se difunde a ideologia da classe dirigente. É através do que Gramsci denomina de “estrutura ideológica” – escolas, igrejas, meios de comunicação social, etc., que se mantém e se desenvolve “uma frente teórica” que visa influenciar a opinião pública a fim de manter o *status quo* desta classe dirigente. (PORTELLI,1977), ficando desta forma ao que Gramsci denomina de sociedade política ou Estado a função de “dominação direta”, ou aparelho coercitivo que visa assegurar a disciplina para o conjunto da sociedade desses grupos, principalmente em momentos de crise para manter o comando e a direção quando lhe falta o consenso que deve ser mantido pelos aparelhos ideológicos.

Este aspecto pode-se exemplificar com o processo da ditadura militar no Brasil, que manteve o país pelo período de aproximadamente 20 anos nesta conformação de poder sobre as massas – um misto de dominação pela coerção adicionado do controle dos meios de propagação de uma ideologia por eles ditada.

Tanto Semeraro (2006) quanto Portelli (1977), afirmam que, para Gramsci, a separação entre sociedade civil e sociedade política apenas acontece em nível de análise, pois, na realidade prática, existe uma dialética entre as duas - alternam entre consenso e coerção, mostrando que existe um processo de troca entre ambas.

Portelli (1977) delinea que nesta alternância entre consenso e força existe uma organicidade. O Estado, quando precisa do apoio da opinião pública para dar início a uma ação pouco popular, primeiramente organiza certos setores da sociedade civil a fim de conseguir apoio para suas ações.

[...]. A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante. Essa é a razão pela qual existe a luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública: jornais, partidos, parlamento, de modo a que uma única força modele a opinião e desse modo a vontade política nacional, dispersando os desacordos numa poeira individual e desorganizada” (GRAMSCI *apud* SEMERARO, 2006, p.33).

Gramsci, através de seus estudos no início do século XX, já analisa que o Estado, ou por cooptação ou por monopólio, apodera-se direta ou indiretamente dos meios de “formatar a opinião pública” para atingir os objetivos desejados. Essa complementaridade revela-se pelo sentido ambíguo de alguns órgãos, como por exemplo, o “Parlamento que é um órgão da sociedade política para criação das leis, mas também é um órgão da sociedade civil, como tradução oficial da opinião pública. Gramsci analisa a função do parlamento como a de realizar, nesse sentido, uma junção entre força e consenso (PORTELLI, 1977).

Deve-se observar que a diferenciação entre a sociedade civil e a sociedade política não é, na verdade, organicamente completa, pois a classe dominante utiliza e combina uma e outra no exercício da hegemonia que se estabelece sobre a “direção moral e intelectual” da sociedade. Segundo Semeraro (1999) deriva daí a concepção ampliada de Estado, que abarca os elementos que estão relacionados à noção de sociedade civil acrescido da sociedade política onde se identificam os elementos de coerção, ou seja, “hegemonia encouraçada de coerção” (GRAMSCI *apud* SEMERARO, 1999, p.75).

Essa organicidade entre sociedade civil e sociedade política, segundo Portelli (1977), se traduz nos estudos de Gramsci, no conceito de Estado ampliado, sendo este considerado pelo conjunto das organizações privadas mais os aparatos do Estado, onde o grupo dominante detém a hegemonia. O Estado apresenta características fundamentais: reúne a superestrutura do bloco histórico, tanto “intelectual e moral” quanto política.

[...] a unidade do Estado decorre de sua gestão por um grupo social que assegura a homogeneidade do bloco histórico: os intelectuais. Gramsci declara, em uma carta de 3 de agosto de 1931, que seu interesse no estudo de “certos aspectos característicos na história dos intelectuais italianos...nasceu do desejo de aprofundar o conceito de Estado”. (GRAMSCI *apud* PORTELLI, 1977) Daí o estudo, desenvolvido paralelamente nos *Quaderni*, das relações entre a noção de intelectual e certas determinações do conceito de Estado (*ibid*). A estrutura depende das características da atividade dos intelectuais, entendidos como “agentes” da classe dominante, para o exercício da direção política e cultural do bloco histórico (PORTELLI, 1977, p. 36).

Gramsci define estrutura de forma clássica como o conjunto das forças sociais e

do mundo da produção: “Com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção fazem-se os agrupamentos sociais, cada um deles representando uma função e aguardando determinada posição na própria produção” (GRAMSCI *apud* PORTELLI, 1977, p. 45).

O que interessa a Gramsci, ao analisar a estrutura, é apenas demonstrar que sua análise completa somente pode ser realizada depois de terminado o ciclo histórico considerado e como a estrutura não pode ser analisada senão após o término de um processo, para ele a solução está em buscar o passado e, portanto, o passado significa as condições materiais objetivas que se concretizaram e para as quais o presente é a continuidade, o desenvolvimento. “A estrutura é justamente o passado real porque ela é o testemunho, o “documento” incontestável do que foi feito e continua a subsistir como condição do presente e do futuro” (GRAMSCI *apud* PORTELLI, 1977, p. 46).

Portelli (1977) delinea que, para Gramsci, o estudo das relações entre estrutura e superestrutura é primordial para ter-se a noção de bloco histórico. O ponto essencial das relações estruturas-superestruturas se faz no estudo do vínculo orgânico que realiza sua unidade e que corresponde a uma organização social concreta:

Se considerarmos um bloco histórico, isto é, uma situação histórica global, distinguimos aí, por um lado, uma estrutura social – as classes que dependem diretamente da relação com as forças produtivas – e, por outro lado, uma superestrutura ideológica e política. O vínculo orgânico entre esses dois elementos é realizado por certos grupos sociais cuja função é operar não ao nível econômico, mas superestrutural: os intelectuais.

Essa camada social diferenciada é, segundo Gramsci, a dos “funcionários da superestrutura”. Seu caráter orgânico aparece na solidariedade estreita que vincula esses “funcionários” às classes que representam e, em primeiro lugar, a classe fundamental no plano econômico. Tomando como exemplo a burguesia, Gramsci mostra que, à medida que se desenvolviam as funções econômicas e sociais dessa classe, foi-lhe necessário confiar a grupos especializados, estreitamente solidários, muitas vezes burgueses ou pelo menos saídos de classes aliadas à burguesia, a gestão das funções de organização da superestrutura ideológica, jurídica e política (PORTELLI, 1977, p.15).

O bloco histórico, segundo Portelli (1977), se define a partir de uma articulação interna de uma determinada situação histórica que evolui e concomitantemente evoluem a estrutura e superestrutura. Esta articulação se consolida em torno do sistema hegemônico da classe fundamental. Porém, segundo Gramsci, é preciso um grande cometimento para a criação de um novo sistema hegemônico, bem como de uma crise

orgânica que favoreça as novas classes sociais. Primeiro - é necessário o rompimento dos elos orgânicos entre a estrutura e a superestrutura, quando os intelectuais deixam de representar as classes sociais. Esta crise pode se dar por diferentes vieses: ou pelas classes subalternas ou por consequência de fracassos políticos da classe dirigente. Segundo - é preciso a criação de um sistema hegemônico capaz de unir as classes subalternas, porque se a crise for “espontânea” e as classes subalternas estiverem desorganizadas, a classe dominante recuperará o controle da situação e a velha sociedade sobreviverá. Considerando que nem toda crise no âmago do bloco histórico é necessariamente orgânica e que esta somente acontece com a ruptura entre a estrutura e a superestrutura. É consequência das contradições agravadas com a evolução da estrutura e a ausência de evolução da superestrutura: “A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer” (GRAMSCI *apud* PORTELLI, 1977).

Esta crise de hegemonia é a característica principal da crise orgânica (o que mostra mais uma vez o laço entre hegemonia e bloco histórico) a classe dominante não tem mais a direção das classes subalternas, na medida em que estas rompem com os intelectuais que a representam. É o caso dos intelectuais que controlam a sociedade civil e, mais particularmente, os partidos políticos tradicionais: “Em certo momento de sua vida histórica, os grupos sociais destacam-se de seus partidos tradicionais, na forma de organização que apresentam, com os homens bem precisos que os dirigem, não são mais reconhecidos como expressão própria de sua classe, ou fração de classe” O partido torna-se anacrônico (PORTELLI, 1977, p. 105).

A concepção de hegemonia em Gramsci, segundo os autores pesquisados, requer uma nova forma de ver a realidade. Deve ser um processo de mudança que quebre paradigmas, permita a participação política e a transformação moral e intelectual de um povo.

O conceito gramsciano de hegemonia, segundo Portelli (1977), outorga primazia da sociedade civil sobre a sociedade política e seu aspecto principal é que a hegemonia da classe dirigente se encontra em seu monopólio intelectual, ou seja, na capacidade de atração que seus representantes possuem sobre outras camadas de intelectuais, a capacidade de persuasão para subordinar os intelectuais dos mais diversos grupos sociais, criando desta forma uma rede de união entre todos os intelectuais – ligados na ordem psicológica pela vaidade, na ordem de casta pelo corporativismo – formando assim um “bloco ideológico”, vinculado aos representantes da classe dirigente.

Conforme Portelli (1977) “para que a hegemonia se estabeleça solidamente é preciso que, as sociedades, civil e política sejam igualmente desenvolvidas e organicamente vinculadas: a classe dominante poderá, assim, utilizá-las alternativa e harmoniosamente, para perpetuar sua dominação” (p. 37). Analisa que um sistema hegemônico coerente significa a construção de um “bloco ideológico” forte e este pode ser utilizado pelo bloco fundamental de forma que sua função não seja dirigente e sim dominante. Tal evento ocorre em caso do “transformismo” quando a classe dirigente coopta para si os intelectuais dos outros grupos sociais para extinguir sua direção política e ideológica.

Assim como Gramsci quis mostrar, este fenômeno através da história dos partidos italianos na recente história brasileira, pode-se observar um fenômeno similar através das alianças que o Partido dos Trabalhadores (PT) fez com os demais partidos a partir de 1989, para que o seu representante maior, Luís Inácio Lula da Silva chegasse a Presidência da República. O PT, que era um partido de oposição e tinha como lema a luta por reformas sociais, chega ao poder em 2002 com a vitória de Lula para presidência da república. O partido acaba não cumprindo boa parte do programa proposto e em nome da “governabilidade” fez inúmeras concessões aos setores reacionários que acabaram impedindo o partido de realizar transformações mais progressistas que a sociedade esperava. O PT alterou muita coisa na realidade brasileira, porém, devido a estas concessões feitas aos partidos conservadores, a elite brasileira também acabou por manter os seus ganhos, sem nenhum tipo de perda de privilégios

Portelli (1977) pondera também que, ao analisar a hegemonia em relação ao bloco histórico, Gramsci afirma ser essencial, para compreensão de tal bloco, levar em consideração a base de classe fundamental em um determinado período histórico, e que este também deve ser considerado sob o âmbito internacional. Sendo o bloco histórico uma situação histórica determinada, a análise poderá referir-se a uma situação local e historicamente reduzida ou extensa. Como exemplo, pode-se dizer que ao analisar-se a hegemonia no Brasil, também se deve considerar o contexto internacional, pois somente assim ter-se-á maior clareza das estratégias utilizadas a nível nacional. Na atualidade, com o projeto neoliberal em pauta sabe-se que o poder hegemônico está sob a égide dos países imperialistas, especialmente os Estados Unidos, como verdadeiro catalisador das burguesias ou oligarquias dos países ditos periféricos.

Assim como Gramsci fez seus estudos apoiado na análise das conjunturas políticas, econômicas e sociais do seu tempo, comparando ações de partidos, sindicatos

e instituições, Nogueira (2011), ao tratar no mundo globalizado dos dias atuais marcado pelo projeto neoliberal, com a concepção de substituição do Estado, apostando na desresponsabilização deste com as várias expressões da questão social – Estado mínimo para o social e máximo para o mercado – constata que este projeto ganhou força a partir dos anos de 1990, com uma opinião favorável à substituição do Estado pela “sociedade civil”, que passou a incorporar o “terceiro setor”, e também como solução para as várias expressões dos problemas sociais, incorporando ao seu discurso a capacidade reformadora da sociedade civil, com amplo apoio nos campos políticos e intelectuais da modernidade. Nos dias atuais, com o aumento das desigualdades sociais, com a multiplicação dos particularismos, corporativismos, ameaçando o viver coletivo, o contrato social e a democracia, tal projeto começa a se mostrar ineficiente e a ser questionado.

Nogueira (2011) considera que, a partir da ineficiência do projeto neoliberal, políticos e intelectuais voltam a pensar na ‘necessidade’ de um Estado que se volte para a integração social, que valorize a vida coletiva, radicalmente democratizado e dialeticamente articulado com a sociedade. “Um Estado, em suma, *da e para* a sociedade civil” (NOGUEIRA, 2011, p.91). Para este autor, o Estado-nação dá sinais de falência, por escolhas políticas, projetos hegemônicos e de dominação e das políticas governamentais concretas, que levaram a uma crise de efeitos “desastrosos sobre os povos do mundo”, e que além de tudo não souberam equacionar a mudança estrutural inerente à face atual do capitalismo.

A sociedade civil, dentro do atual projeto neoliberal, é despolitizada, não se percebe como um espaço de organização para uma “catarse” social que visse a passagem do plano “egoístico- passional” para o plano “ético-político”, com a estrutura sendo elaborada em superestrutura na consciência dos homens (GRAMSCI *apud* NOGUEIRA, 2011).

Gramsci, nos novos processos históricos, confere à hegemonia um sentido ativo e direto, que se efetue com a participação dos indivíduos, mesmo que em determinado momento pareça desagregação e balbúrdia. Uma sociedade não se forma “pelo alto” e por intervenções externas, e sim como produto de “uma multiplicidade que se unifica pelo atrito dos indivíduos” (GRAMSCI *apud* SEMERARO, 1999, p.81). A hegemonia construída pelas classes trabalhadoras deve ser diferente da classe burguesa que visa não alterar as relações de desigualdade social e da exploração econômica; busca ocultar. Para este autor, qualquer movimento político que pretenda um projeto hegemônico

deve, além de criticar e se afastar do projeto vigente, ter propostas mais abrangentes de sociedade. Em Gramsci, a hegemonia “é uma categoria dinâmica de movimento, capaz de “combinar” na ação de grupos sociais diferentes, forças convergentes e situações conjunturais dentro de amplos objetivos estratégicos” (GRAMSCI *apud* SEMERARO, 1999, p. 83).

[...] É no âmbito das organizações da sociedade civil – dirá Gramsci – que se define a política e se opera a compreensão crítica de si mesmo, por meio de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes – antes no campo da ética, depois da política – para chegar a uma elaboração superior da própria concepção do real (GRAMSCI *apud* SEMERARO, 1999, p. 83).

Nogueira (2011) expõe que a ideia de hegemonia, conquista do poder e exercício do governo devem ser discernidos. A hegemonia exige rupturas e mudanças que devam acontecer “fora da ordem”; logo, com turbulências e atritos. [...] “atingir a hegemonia significa articular o social e o institucional, a legalidade e a contestação, a ordem e a liberdade, o exercício do governo e a oposição ao sistema, a deliberação e a decisão, os interesses, os desejos e os projetos” (NOGUEIRA, 2011, p.247). Além disso, a ideia de hegemonia deve ser pensada em termos dialéticos. Para que tenha sucesso, depende da capacidade dos sujeitos de apreender e compreender as diversas “sínteses de múltiplas determinações” que compõe a realidade. Também é preciso perceber que a política é sempre uma combinação dialética de vontade e conjunturas e estas podem ser complexas, pois dependem de uma gama de fatores socioculturais, econômicos e políticos que envolvem estes sujeitos.

Hegemonia tem a ver com direção político-cultural, depende de consensos, da capacidade de obter adesões consistentes, de modificar valores, e orientações políticas, de fixar parâmetros éticos - de fundar uma nova cultura. Se um grupo ou uma classe deseja, portanto, elevar-se à condição de artífice de uma nova sociedade, não lhe é suficiente controlar a produção econômica ou “estatizar” o mercado. É preciso dirigir política e culturalmente as diferentes forças sociais que se opõem ao capitalismo e que estão dispostas a mobilizar-se para defender um programa e um governo efetivamente transformador. (NOGUEIRA, 2011, p.249)

Nogueira (2011) acredita que a luta política, pensada como luta pela hegemonia, requer a avaliação e a resolução no que diz respeito às alianças entre classes, partidos,

grupos e indivíduos, além da necessidade de superar o corporativismo, pois não é possível construir hegemonia a partir de uma visão fragmentada e fechada a certos interesses. É preciso, para se concretizar um projeto hegemônico, estar aberto a uma ampla gama de interesses e não apenas as do seu grupo, ou classe social. Requer tornar-se dirigente de todos, apresentando soluções para os diferentes grupos sociais. Portanto, a ideia de hegemonia sugere um novo tipo de articulação entre monopólio da força e capacidade de fixar “horizontes de sentido”, ou seja, somente poderá ser dominante o sujeito com intentos reformadores reais e de longo prazo, capaz de dirigir ética e culturalmente, de produzir lealdades e adesões, de deslocar a seu favor orientações políticas e morais e de acumular forças. “Um primado intelectual, moral e civil, por sua vez, só adquire condições de existência se houver intelectuais atuando para criar novas concepções de mundo e novas tradições ético-políticas” (NOGUEIRA, 2011, p. 251).

Para Semeraro (1999), a política-hegemonia se dá quando ocorre a coalizão entre os grupos: fundamental e subordinados. O Estado passa a ser, de fato, um Estado de todos, abarcando as necessidades e anseios expressos pela sociedade civil e, desta forma, a sociedade política torna-se dispensável, inaugurando, a partir deste momento, uma “sociedade regulada” pela hegemonia de sujeitos independentes e unificados.

Gramsci visa à edificação de sujeitos historicamente ativos e organizados em constante busca pela hegemonia, que busquem sair da submissão. O grupo social deve ser visto como um todo. Trabalhadores e burguesia devem estar entrelaçados na complexidade de relações que formam a sociedade civil onde se disputa, passo a passo, o campo da hegemonia. O Estado deve ser visto como uma realidade concreta que precisa se voltar para os interesses populares. O que deve se extinguir é o “Estado burguês, não a política e as instituições, das quais a sociedade não pode prescindir” (SEMERARO, 1999).

Nogueira (2011) delinea que o campo para a construção da hegemonia não é o Estado em seu sentido estrito no mundo do governo, da administração pública ou do poder, mas a sociedade civil, ou seja, a rede de aparelhos e de associações com as quais os interesses sociais organizam-se e buscam afirmar-se perante os demais, diante do Estado e como Estado. Significa que a sociedade civil não está a parte do Estado mas, sim, a essência deste e é nela e a partir dela que os novos Estados podem ser fundados.

2.1 Superação do Corporativismo para Construção de um Estado Ético

A formação da concepção do real de que trata Semeraro (1999), passa do momento econômico-corporativo, fechado em si mesmo, à consciência de “solidariedade” de interesses entre os membros de um grupo social. A princípio, acontece no campo econômico até alcançar a consciência de que os próprios interesses devem “superar o círculo corporativo(...) e podem e devem se tornar os interesses de outros grupos subordinados” (GRAMSCI *apud* SEMERARO, 1999, p. 83).

Conforme Nogueira (2008), o corporativismo é o grave problema do associativismo. A organização corporativista trabalha apenas para benefício próprio não levando em consideração o conjunto social como um “contexto vivo”, onde outras concepções, outras visões convivem. A visão corporativista tende a eliminar, a desconsiderar os demais grupos impossibilitando o caminho para alianças em frentes comuns de luta. O corporativismo despolitiza, esvazia o associativismo, pois enquanto no associativismo as pessoas se unem para a viabilização de interesses em comum, no corporativismo as pessoas se unem em função dos interesses de um grupo específico.

Semeraro (2006) analisa que Gramsci constrói a ciência da subjetividade na “filosofia da práxis”, sob a concepção de que os homens são sujeitos vivos na história e não simplesmente corpos passivos de determinações materiais ou espirituais.

O homem, para Gramsci, é impensável fora da história das relações sociais e das transformações operadas pelo trabalho organizado socialmente. A originalidade da filosofia da práxis consiste, exatamente, no fato de ser uma teoria que leva adiante as dimensões da subjetividade da filosofia moderna sem fazer concessões às tendências idealistas ou mecanicistas, uma vez que se ocupa das transformações da realidade por meio de uma consciência nunca separada das estruturas materiais, dos condicionamentos sociais e dos conflitos de classe (SEMERARO, 2006, p.102).

A dimensão subjetiva e o momento ético-político, para Gramsci, são o ponto máximo do projeto hegemônico de sociedade, pois aí as classes subalternas são capazes de construir um novo projeto, quando se tornam sujeitos ativos e conscientes das suas possibilidades. Neste processo de subjetivação, as novas forças sociais, anteriormente unidas por preceitos econômico-corporativos, se posicionam em contraposição à ideologia dominante até o ponto em que estão prontos para uma visão independente e

melhor de mundo e para o qual se voltam os grupos que lutam pelas mesmas causas sociais e políticas (SEMERARO, 2006).

Na visão liberal, a sociedade civil é o espaço do indivíduo separado da esfera do Estado, estrutura exterior e coercitiva, porém necessária para equilibrar os “excessos” dos interesses privados. Para Gramsci, a sociedade civil é o espaço onde os indivíduos, expropriados de sua dignidade e fragmentados em suas vidas, podem buscar condições para construir uma subjetividade social, podendo tornarem-se sujeitos, quando organizados de forma livre e criativa, propondo desenvolver “juntamente com suas potencialidades individuais as suas dimensões públicas e coletivas” (SEMERARO, 2006, p. 105).

Semeraro (1999) em sua concepção considera que a “filosofia da práxis” se apresenta em termos históricos e dialéticos, como filosofia integral, não se limita a expressões de indivíduos isolados, abarca o pensar e o agir concreto do conjunto da sociedade. É um ato coletivo que se constrói nas lutas pela transformação da realidade. “Gerada nas lutas hegemônicas de classes, onde se contrapõem concepções opostas de sociedade, a filosofia da práxis é ‘uma filosofia que também é uma política e uma política que é também uma filosofia’” (GRAMSCI *apud* SEMERARO, 1999, p.110).

No ano de 2011 aconteceram diversos movimentos sociais denominados “Occupy” – protestos e mobilizações que tomaram as ruas de diversos países do mundo: teve início no norte da África, onde derrubou ditaduras na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen; estendeu-se para Europa, com ocupações e greves na Espanha e na Grécia, revoltas no subúrbio de Londres, chegou ao Chile e ocupou Wall Street, nos Estados Unidos e no final de 2011 atingiram a Rússia. Pode-se verificar que eclodiu uma consciência coletiva, solidariedade mútua, quando os indivíduos se contrapuseram aos sistemas vigentes.

Movimentos sociais também aconteceram no Brasil nos anos de 2012 e 2013. Em 2014, ainda os vemos (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST, Movimento dos sem Terra – MST, A Passeata dos professores no Rio de Janeiro, entre outros.) mostrando indignação pela falta de projetos que visem beneficiar a sociedade como um todo, porém não chegaram a desestabilizar o Estado que, em muitas das manifestações, se utilizou e se utiliza do seu poder coercitivo para sufocar os protestos e, apoiado pela mídia, fazia e faz com que os protestantes, em busca de seus direitos, passem por vândalos.

Considerando as particularidades políticas, econômicas, sociais e culturais de cada região, as mobilizações são importantes para a construção de novos projetos.

[...] a “cidade futura” da qual Gramsci fala não desce do céu nem se coloca como conclusão necessária de um parto da história, mas é a construção ativa, consciente, aberta, permanente, conduzida por homens reais, expostos sempre ao imponderável e às contradições. De fato, o sujeito político para Gramsci nunca é um ser pressuposto, ontologicamente já formado nem é idealizado, não é um povo (‘demos’) homogêneo, unitário e infalível, portador *a priori* de uma verdade natural, mas sempre um sujeito concreto que se autoconstitui na práxis, que é instituído pela ação política, pelas capacidades de iniciativa e de organizações socializadoras que souber criar [...]. (SEMERARO, 2006, p.57)

Para Gramsci, a noção de “sociedade regulada” significa que, quando a sociedade é apropriada pelos trabalhadores conscientemente, a sociedade política é absorvida na sociedade civil e se promove uma verdadeira “catarse”. É a passagem do momento individual ou corporativo para o momento ético-político, ou seja, “a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens, isto significa também a passagem do ‘objetivo’ ao ‘subjetivo’, da necessidade a liberdade” (SEMERARO, 2006, p.58).

Semeraro (2006) delinea que, quando Gramsci enfatiza os valores ético-políticos, a participação popular, a busca do consenso ativo e o exercício da política como expressão de subjetividade social, além de refazer a dialética delineada por Marx, também recompõe o valor das lutas e das propostas dos reprimidos.

A grandeza da ética ligada à da política, para Gramsci, se expressa em desenvolver nos indivíduos elementos socializadores, a habilidade de direcionar a ação política além das práticas discursivas e intersubjetivas que os afasta do campo do político e da economia.

[...] Ao priorizar os valores públicos e sociais, o projeto ético-político de Gramsci indica que os novos dirigentes serão chamados a “sacrificar os interesses imediatos e corporativos” e a não se limitar a apresentar projetos alternativos, mas a apresentarem-se, eles próprios, como projetos vivos e confiáveis de uma nova sociedade. (SEMERARO, 2006, p.60)

Nogueira (2011) versa que é na perspectiva de um Estado democrático que se coloca o tema da sociedade civil. É preciso um projeto que a valorize, incentive o seu

protagonismo e que trabalhe para politizá-la, para que possa superar os liames reducionistas e repressivos dos interesses particulares e, desta forma, aproximar a sociedade civil dos interesses gerais, da hegemonia, do Estado. No projeto neoliberal brasileiro, com o Estado desacreditado pela inoperância dos políticos, a sociedade civil, afastada do Estado, levou a acreditar no que o autor denomina de “ativação da pureza associativa dos movimentos sociais e das formas naturais de expressão da vida comunitária” funcionando como um sistema solidário que neutraliza a inoperância política dos governos. Nesta relação sociedade civil *versus* Estado cria-se uma visão ambígua, pois ao contrário de uma relação estruturada por uma dialética de unidade e valorização, cria-se uma separação, uma ausência de comunicação. “Sataniza-se o espaço político para dar livre curso a uma hipotética natureza virtuosa da sociedade civil” (NOGUEIRA, 2011, p.106).

Sob esta perspectiva, Nogueira (2011), diz que a sociedade civil é despolitizada, pois não se encontra nela espaços de aparelhamento de subjetividades, onde pode ocorrer a superação dos interesses corporativos para o plano político-ético, conformando grupos sociais como sujeitos capazes de se universalizarem, de predispor-se à direção. Torna-se uma sociedade incapaz de lutar pela hegemonia, de construir uma nova forma de consenso e de consentimento. A sociedade civil para ser política precisa ser construída através das lutas, de projetos e interesses, pela estratégia da “guerra de posições” que constrói sua politização. É como espaço político que a sociedade civil pode vincular-se ao espaço público democrático.

Com o advento de “globalização” que modificou as formas de relação do mundo atual, todos os processos envolvem considerável parte da população, que tornou-se a chave da atualidade: “[...] quer se procure sua legitimação instrumentalizando-as passivamente, quer elas, de baixo, manifestem ativamente as suas reivindicações nas mais diversas expressões” (SEMERARO, 2006, p.90). Se de um lado crescem as formas de manipulação, igualmente por outro lado ressurge a criatividade popular, a fim de fazer sua história, de delinear novos caminhos (SEMERARO, 2006).

Ainda sob a perspectiva de Semeraro (2006), Gramsci percebeu, já em seu tempo, que a “moralidade” individual, a beneficência particular ou a assistência pública não reduziriam o mecanismo de propagação dos “miseráveis” no mundo, pois este se trata de uma consequência estrutural do moderno sistema produtivo. “A solução para ele, deveria ser encontrada na constituição de um “Estado ético” capaz de ultrapassar os

conflitos da sociedade civil e garantir o funcionamento do todo” (SEMERARO, 2006, p. 91).

3 O PAPEL DOS INTELLECTUAIS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA VONTADE COLETIVA

Nos anos de 1845, os teóricos Marx e Engels já escreviam em uma sociedade em completa ebulição social. A atividade nas fábricas e a agitação política revolucionavam as relações sociais. Opondo-se à burguesia estabelecida nos centros de poder, emergiam grupos organizados de trabalhadores que tinham anseios próprios e lutavam por outro projeto de sociedade. Nesta conformação, os intelectuais precisavam sair do mundo das idéias e das palavras. Marx, ao lançar “críticas ao idealismo abstrato, ao positivismo cientificista e a ao materialismo vulgar”, mostrava, com seu envolvimento nas lutas operárias, que irrompia um novo tipo de intelectual: um indivíduo ao mesmo tempo cientista, crítico e revolucionário. (SEMERARO, 2006)

Nascia, então, a filosofia da práxis. E com ela novos intelectuais politicamente compromissados com o próprio grupo social para fazer e escrever a história e, por isso, capazes de refletir sobre o entrelaçamento da produção material com as controvertidas práticas de reprodução simbólica (SEMERARO, 2006, p.130).

Segundo Semeraro (2006), para compreender os problemas humanos e sociais, os intelectuais deveriam estar uníssonos com os tempos e movimentos sociais, políticos e econômicos da sua época. Marx, ao estudar o mundo do capital para desvendar seus mecanismos, se defronta ao mesmo tempo com os *Philosophes*, que acreditavam que o mundo poderia ser mudado apenas pelo pensamento e pelas ideias. Em contraposição, Marx acreditava que a construção de ideias e conceitos se dá dentro de determinados processos históricos e econômicos em comunhão com seus protagonistas políticos. Era preciso que os intelectuais estudassem as contradições dos centros de produção, que os intelectuais-políticos se apropriassem da óptica dos espoliados e incorporassem seus pensamentos revolucionários para fazer parte do “movimento real que supere o estado de coisas existentes” (MARX *apud* SEMERARO, 2006, p. 131).

Marx estava convencido, de fato, que as classes desapropriadas e os povos saqueados possuem inteligência “objetiva”, o ponto de vista mais concreto e radical proveniente da violência sofrida, do trabalho

alienado, das necessidades elementares desatendidas, das relações sociais e humanas dissolvidas [...] (SEMERARO, 2006, p.131).

Por isso, para Marx, segundo Semeraro (2006), somente um novo projeto que nascesse do proletariado e a conquista de sua hegemonia com o apoio dos intelectuais é que levaria para uma sociedade verdadeiramente democrática.

Gramsci, em seu tempo, compartilha das ideias de Marx, e “acredita que a compreensão de si mesmo e das contradições da sociedade acontecem pela inserção ativa nos embates hegemônicos”; portanto, aprofunda seus estudos sobre a relação direta entre intelectuais, política e classe social, demonstrando que “a filosofia, bem como a educação, deve tornar-se *práxis política* para continuar a ser filosofia e educação” (SEMERARO, 2006, p. 132). Este estudioso apreende as intrincadas dinâmicas do crescimento da “sociedade civil” e em contraposição às teorias de seu tempo, que trabalhavam pela elitização dos intelectuais, que se abismavam com o avanço das massas, que desprezavam a democracia popular ou separavam a política da ciência, aquilata com uma metodologia própria o saber popular, defende a socialização do conhecimento e recria a função dos intelectuais conectando-os com as lutas políticas dos “subalternos” (SEMERARO, 2006, p.133).

Gramsci (2000), ao delimitar um sentido para intelectual, argumenta que o trabalhador se caracteriza não pelo trabalho que realiza, mas pelas condições e pelas determinadas relações sociais deste trabalho. Em qualquer trabalho existe um mínimo da atividade criadora; portanto, intelectual. Assim como o empresário que deve possuir algum caráter intelectual, embora sua figura social seja determinada não por seu caráter intelectual, mas pelas relações sociais gerais que caracterizam a posição do empresário na indústria, para Gramsci o que está intrínseco nas atividades intelectuais é a forma como se relacionam socialmente, por isso considera que todo o homem é intelectual, embora nem todos os homens tenham na sociedade a função de intelectuais. A função dos intelectuais é estar em conexão com todos os grupos sociais, mas acima de tudo com os mais importantes e dar consistência aos mesmos. Uma característica importante das classes dominantes é a luta pela apropriação e aquisição “ideológica” dos intelectuais tradicionais, apropriação e aquisição que são mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos.

Para Gramsci (2000), é muito importante analisar como se deu o processo histórico real de formação dos intelectuais, sendo que, para este estudioso, duas formas são as que interessam para demonstrar o poder dos intelectuais na sociedade. Primeiro, todo grupo social que possua uma função essencial dentro de um determinado bloco econômico, cunha para si, intelectuais que lhe dão unidade, efeito que deve se expandir também para o campo político e social.

O empresário capitalista cria para si os intelectuais especialistas que possuam certa habilidade dirigente e técnica. Capacidade técnica não somente na sua área, mas também em atividades mais próximas da produção econômica a fim de ser um “organizador” de confiança para os que investem em sua companhia” (Gramsci, 2000, p.1). Além disso, pelo menos parte deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, incluindo a estrutura estatal, a fim de criar as condições favoráveis para o desenvolvimento de sua classe.

[...] os intelectuais “orgânicos” que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu a luz (GRAMSCI, 2000, p.2).

Para Semeraro (2006), a designação de intelectuais “orgânicos” e intelectuais “tradicionais” nasce da nova organização social que é dada em determinado momento. Enquanto, para Gramsci, os intelectuais tradicionais estavam presos a uma formação socioeconômica superada, “incapazes de compreender o conjunto do sistema de produção e das lutas hegemônicas onde fervia o jogo decisivo do poder econômico e político”, fato que os excluía dos progressos da ciência, bem como das transformações em curso nas sociedades, os intelectuais “orgânicos” fazem parte de um “organismo vivo e em expansão” (p.134), simultaneamente ligados ao que acontece no mundo do trabalho, com as organizações políticas e culturais mais avançadas que o seu grupo social desenvolve para dirigir a sociedade. Interligam-se a um projeto global de sociedade e com um Estado que seja capaz de realizar a “conformação das massas” para produzir tanto materialmente quanto culturalmente o estabelecido pela classe no poder. Organizam uma concepção ético-política que os capacita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam.

Conscientes de seus vínculos de classe, exercem suas atividades no trabalho como técnicos e especialistas dos conhecimentos mais avançados, na sociedade civil para construir o consenso em torno da classe que defendem, na sociedade política para garantir as funções jurídico-administrativas e a manutenção do poder do seu grupo social (SEMERARO, 2006, p.135).

O segundo ponto importante que Gramsci (2000) analisa é que, todo grupo “essencial” é consequência de um grupo econômico anterior; logo, categorias de intelectuais preexistentes que se tornam representantes da *continuidade histórica*. Como exemplo, Gramsci cita a mais típica, que é a categoria dos eclesiásticos que monopolizaram e ainda monopolizam, principalmente nos países ditos periféricos, por influência da presença jesuítica, serviços de suma importância como: “a ideologia religiosa (filosofia e ciência da época), a escola, a instrução, a moral a justiça, a beneficência, a assistência, etc.” (GRAMSCI, 2000, p.2). Esta categoria de intelectuais estava organicamente ligada à nobreza e com ela dividiam o uso das terras e os privilégios estatais. O monopólio das superestruturas pelos eclesiásticos foi exercido com lutas e limites e, por isso, nasceram outras categorias que lhes fizeram frente, formando o que se denominou de aristocracia togada, que era favorecida pelo poder do monarca e possuía seus próprios privilégios – cientistas, filósofos não eclesiásticos, administradores, etc. Estes intelectuais tradicionais, devido ao seu sentimento de grupo, sua continuidade histórica, se consideram autônomos e independentes da sociedade.

Portelli (1977), que valoriza o conceito de bloco histórico em Gramsci, versa que, para este estudioso, a questão dos intelectuais está ligada à questão do bloco histórico, a sua articulação orgânica e estuda a categoria dos intelectuais não como a dos “grandes intelectuais”, mas como agentes da superestrutura.

Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos – entre governantes e governados -, é dada por uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, portanto saber (não mecanicamente, mas de forma viva), é somente então que a relação é de representação e que se produz o intercâmbio dos elementos individuais entre governados e governantes, entre dirigidos e dirigentes, isto é: que se realiza a vida conjunta que, só ela, é a vida social: cria-se um bloco histórico (GRAMSCI *apud* PORTELLI, 1977, p.83).

Dentre estes aspectos, analisa o vínculo orgânico entre o intelectual e o grupo que ele representa e sua função no seio da superestrutura, onde existem diferentes tipos

de intelectuais sendo que, o ponto de intersecção entre eles é que todos possuem um elo com determinada classe. É sob esta dimensão que se estabelece o caráter orgânico entre estrutura e superestrutura, sendo responsabilidade dos intelectuais formarem este vínculo. Os intelectuais formam um grupo social distinto, ligado à estrutura – as classes fundamentais no domínio econômico -, e são encarregados de organizar e conduzir a superestrutura que dará a essa classe a unidade e direção do bloco histórico. Desta forma, os intelectuais ressaltam o “caráter dialético do vínculo orgânico” (PORTELLI, 1977, p.84).

Portelli (1977) considera que outro fato importante para Gramsci é que os intelectuais não constituem uma classe. São grupos ligados às diferentes classes e cada classe social possui sua própria camada de intelectuais ou procura formá-los. Porém, as camadas mais importantes e complexas de intelectuais originam-se das classes fundamentais que detém o poder econômico. Os laços são mais estreitos, orgânicos, quando o intelectual nasce na classe que representa, pois estes formam as ditas “camadas superiores” de intelectuais.

[...] Os Moderados eram intelectuais já “condensados” pelo caráter orgânico de suas relações com os grupos sociais que expressavam (para toda uma série entre eles, já estava realizada a identidade do representante e do representado, o que significa que os Moderados eram uma vanguarda orgânica, real das altas classes: eram intelectuais e organizadores políticos e, ao mesmo tempo, chefes de empresa, grandes agricultores ou administradores de empresas comerciais ou industriais etc.) (GRAMSCI *apud* PORTELLI, 1977, p.85).

Portelli (1977) versa que, contrariamente, as classes subalternas, a princípio, são obrigadas a “importar” seus intelectuais; por isso, sua vulnerabilidade, pois os dirigentes das classes dominantes tentarão permanentemente integrar esses intelectuais à classe política, atraindo-os para si.

Dependendo da consciência de classe do intelectual, de como vê sua identidade de representante e representado, ele será considerado como o representante da classe onde se originou e não como membro de tal classe: “o chefe da empresa - homem político aparecerá como o intelectual orgânico da burguesia e não como chefe da empresa; sua função predomina sobre sua origem social” (PIOTTE *apud* PORTELLI p.85).

Para Semeraro (2006), Gramsci rompe com o senso comum que acreditava os intelectuais como um grupo autônomo e independente, a partir de uma qualificação interior, pois diferentemente de focar no que é inerente as atividades dos intelectuais, o importante é perceber suas atividades no conjunto de relações sociais.

Conforme Portelli (1977), a concepção orgânica do intelectual, em Gramsci, rejeita toda compreensão autônoma que considere os intelectuais como uma categoria “cristalizada”, pois estes estão sujeitos às lutas dos grupos, aos movimentos da sociedade; logo, os intelectuais são a expressão do movimento dialético, segundo o qual, qualquer grupo social dominante elabora sua própria categoria de intelectuais.

Portelli (1977) analisa que, para Gramsci, a ligação orgânica entre o intelectual e a classe social que ele representa se expressa através da atividade que ele exerce na superestrutura a fim de tornar essa classe predominante e consistente. Todo grupo tem uma função essencial no mundo da produção econômica, e cria, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais, que lhe darão sustentação e a consciência de sua própria função tanto no plano econômico, quanto nos planos políticos e sociais.

Em se tratando de organicidade, Portelli (1977) delinea que, para Gramsci, o intelectual tem certa autonomia em relação à estrutura sócio-econômica e que reflete sua origem social. Os grandes intelectuais, ou parte deles, originam-se das grandes massas, isto é, das classes que auxiliam a classe dirigente e isso se dá numa realidade histórica concreta. Formaram-se camadas sociais que tradicionalmente “produzem intelectuais”. O intelectual não é uma “marionete” da classe que representa, a sua função cultural deve abarcar tanto a direção cultural como política, ele deve representar “a autoconsciência cultural, a autocrítica da classe dominante para unir-se a ela mais intimamente, para constituírem uma verdadeira superestrutura, e não apenas um elemento inorgânico e indistinto da estrutura econômica” (MACHIAVELI *apud* PORTELLI, 1977, p.88). Quando esta autonomia não acontece, os intelectuais correm o risco de permanecer como a classe que representam, ou seja, em um estágio econômico-corporativo.

Segundo Portelli (1977), “os intelectuais orgânicos do novo bloco histórico, essencialmente os da classe fundamental, opõe-se aos intelectuais do antigo bloco histórico” (p.90), os quais Gramsci designa de “tradicionais” e que agregam as variadas camadas de intelectuais que existiam antes do surgimento da nova classe fundamental. Porém, para que esta classe fundamental mantenha seu poder hegemônico, se faz necessário absorver os intelectuais tradicionais ou extingui-los. A extinção coercitiva é

utilizada para os intelectuais que dirigiam a antiga sociedade política, ou será mais fácil para aqueles intelectuais tradicionais que não estão organizados, pois se encontram num estado disperso, estão ligados à massa social rural ou pequeno-burguesa das sociedades menores e que ainda não foram transformadas ou postas em movimento pelo sistema capitalista.

Cada grupo social “essencial”, no momento em que emerge à superfície da história vindo da estrutura econômica precedente, de que exprime um dos desenvolvimentos, encontrou, pelo menos na história, tal qual se desenvolveu até hoje, categorias de intelectuais que existiram antes dele e que, além disso, aparecem como representantes de uma continuidade histórica que mesmo as mudanças mais complicadas e radicais das formas sociais e políticas não haviam interrompido (GRAMSCI *apud* PORTELLI, 1977, p.90).

Semeraro (2006) versa que, para Gramsci, a organicidade dos novos intelectuais está posta na vinculação com a cultura, a história e a política das classes subalternas que se organizam para construir um novo projeto social. Este estudioso acredita que os escritos mais importantes de Gramsci tratam sobre a relação entre intelectuais e “povo-nação”, pois Gramsci faz uma diferenciação clara entre os intelectuais populares que se envolvem com “garra” na vida das classes populares e dos intelectuais convencionais funcionais à elite e especializados na administração e no controle da sociedade. Enquanto os intelectuais convencionais estão preocupados com a centralização do poder, com um universalismo contemplativo, com a coerção direta ou indireta, os intelectuais orgânicos às classes populares, em contraposição, se caracterizam pela democratização do poder, pela ampliação dos direitos, pelo término da violência e da mentira. Ao tratar das contradições da sociedade e ao socializar o poder, os intelectuais populares criam uma nova forma de política fundada sobre o conceito de hegemonia, de democracia, de dirigentes de uma nova conformação social.

Conforme Semeraro (2006), para Gramsci, todos são intelectuais, pois não existe atividade humana da qual se possa excluir alguma intervenção intelectual. Todo indivíduo possui uma cultura que está ligada ao seu ambiente social e ao grupo ao qual pertence - existe uma concepção de mundo inerente a todos os indivíduos, portanto a capacidade intelectual pertence a toda coletividade e o exercício da intelectualidade torna-se dialético, pois existe uma relação de reciprocidade entre sujeitos que aprendem e ensinam ao mesmo tempo.

Na III *tese sobre Feuerbach* Marx havia apontado para a relação recíproca transformadora entre circunstâncias e educação. Mas Gramsci explicita e aprofunda essa inseparável relação dialética entre intelectual e mundo circunstante, entre estrutura e superestrutura, entre o que está dado e a iniciativa de sujeitos organizados, de modo a gerar uma “catarse” pessoal e social, um processo de subjetivação ético-política que caracteriza a construção do conhecimento e a prática de ensino-aprendizagem coletivo [...] (GRAMSCI *apud* SEMERARO, 2006, p.138).

Gramsci (2000) acredita que uma das características mais importantes do grupo dominante é a luta pela apropriação e conquista ideológica dos intelectuais tradicionais, tais fatos ocorrerão de forma mais eficaz e mais célere quanto mais o grupo for capaz de criar seus próprios intelectuais orgânicos. A organização escolar resultante da sociedade medieval mostra a importância adotada no mundo moderno pelas categorias e funções intelectuais, pois além da ampliação da intelectualidade do indivíduo buscou-se multiplicar as especializações, além de aperfeiçoá-las. O estudioso observa que, assim como podemos medir o grau de desenvolvimento de uma sociedade pela sua capacidade industrial, também podemos fazê-lo com relação à educação. A complexidade da função intelectual pode ser medida pela quantidade de escolas que um país possui: quanto mais abrangente for o nível de escolaridade, em termos de instituições e graus de hierarquização, mais complexo será o mundo cultural e a civilização de um Estado; neste campo, a quantidade não pode ser dissociada da qualidade. Para ele deve-se unir a especialização técnico-cultural com a máxima ampliação da instrução primária e também deve haver um apoio para a continuidade dos estudos no nível intermediário, a fim de criar uma base para as mais altas qualificações intelectuais. Porém, segundo Gramsci, corre-se o risco de crises de desemprego para os níveis médios, como ocorre em todas as sociedades modernas.

Gramsci (2000) em sua concepção considera que a elaboração de grupos de intelectuais ocorre em processos clássicos consolidados. Formaram-se grupos que, tradicionalmente, “produzem” intelectuais conforme suas necessidades econômicas, por isso é devido às diferentes aspirações destes grupos que se formam diferentes ramos de especialização intelectual.

Segundo Portelli (1977), para Gramsci, cada modo de produção tem uma classe fundamental, ou seja, um tipo de intelectual. As camadas de intelectuais foram sendo modificadas conforme o desenvolvimento de cada país com suas peculiaridades e devido ao desenvolvimento do capitalismo.

Gramsci (2000) versa que a relação entre os intelectuais e o mundo da produção é “mediatizada”, em diferentes níveis, por toda malha social. Pode-se medir a “organicidade” dos estratos intelectuais, sua conexão com os grupos fundamentais, pelo conjunto de “dois planos superestruturais” formados pela sociedade civil, com seus organismos ditos “privados” e que tem a função da “hegemonia” que o grupo dominante deve exercer sobre toda a sociedade; e pela sociedade política ou Estado com o poder de domínio ou coerção, que se expressa no governo jurídico - do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. Estes dois planos apresentam funções organizativas e conectivas.

Os intelectuais são os responsáveis, designados pelo grupo dominante, para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, ou seja, devem obter o consenso das grandes massas às orientações e concepções da classe dominante. Aceitação que nasce historicamente do prestígio obtido por esta classe por causa de sua posição e função no mundo da produção. Devem também ter o apoio do governo político que assegura “‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’” (GRAMSCI, 2000, p.6).

Gramsci (2000) analisa que a própria função organizativa da hegemonia social e do domínio estatal abre espaço para a divisão do trabalho, a uma gradação de qualificações, assim como, também é inerente à atividade intelectual ser diferenciada em diversos graus, que nos momentos de oposição, têm uma diferença em termos de qualidade, sendo que, no mais alto grau, estão os criadores das ciências, da filosofia, da arte, etc., e no mais baixo, estão os administradores e divulgadores da riqueza intelectual já existente, semelhante à forma do organismo militar com gradações como: oficiais subalternos, oficiais superiores, cabos, sargentos e etc..

“No mundo moderno, a categoria dos intelectuais ampliou-se, a formação em massa uniformizou os indivíduos, na qualificação intelectual e na psicologia, produzindo a concorrência, desemprego, superprodução escolar, emigração entre outros efeitos” (Gramsci, 2000, p.7).

Em relação aos intelectuais de tipo urbano ou rural, Gramsci salienta que os de tipo urbano cresceram conjuntamente com as indústrias e, por isso, estão ligados aos seus reveses e não possuem autonomia na elaboração dos planos de construção e na média geral são padronizados, enquanto que grande parte dos intelectuais de tipo rural são tradicionais, ligados à massa social do campo e das cidades menores, e sua função está em colocar em contato a massa camponesa com a administração local, possuindo

assim uma função político-social. Os intelectuais rurais, como por exemplo, padres, médicos, advogados e tabeliães possuem um padrão de vida médio e representam um modelo para toda a sociedade, ou seja, são vistos como padrões a serem seguidos (Gramsci, 2000).

O ponto importante, para Gramsci (2000), é a distinção entre intelectual orgânico e intelectual tradicional. Primeiramente, é preciso analisar, sob o ponto de vista do partido político, o problema dos intelectuais: para alguns grupos sociais, o partido político é responsável pela formação dos seus próprios intelectuais orgânicos, “devido às condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dado, diretamente do campo político e filosófico e não do campo técnica produtiva” (p.9). No campo da técnica produtiva formam-se as camadas que estão relacionadas, por exemplo, aos operários qualificados e especializados na cidade. Outro fator é que o partido político “para todos os grupos é o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante e intelectuais tradicionais” (p.10). Este grupo retira elementos do grupo econômico até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções intrínsecas ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política. A função do partido político é diretiva e organizativa, ou seja, educativa, intelectual. Segundo Gramsci, um comerciante não entra num partido político para comerciar, nem o camponês para aprender a cultivar a terra. “No partido político, os indivíduos de um grupo social econômico superam este momento de seu desenvolvimento histórico e se tornam agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional” (p.10). A questão do partido político, para Gramsci, se tornaria muito mais clara sob um estudo profundo de como se formaram as categorias orgânicas e tradicionais de intelectuais, considerando as peculiaridades de cada nação bem como seus grupos sociais mais importantes.

Conforme Gramsci (2000), a formação dos intelectuais tradicionais é um problema histórico interessante, se dá no período clássico e se liga à escravidão do mundo clássico e a posição dos libertos de origem grega e oriental na organização social do Império Romano, fato que vai se reproduzir após a queda deste império e amalgamar-se com os novos embates sociais, como o desenvolvimento do catolicismo e da organização eclesiástica que, por muitos séculos, exerceu o monopólio da direção cultural, com penalidades cruéis a quem se opunha aos seus princípios. A formação dos

intelectuais tradicionais tem suas especificidades segundo cada região do mundo, em que os sistemas vão engendrando seus intelectuais, conforme suas características sociais.

Na América do Sul e Central deve ser levado em conta que inexistia uma ampla categoria de intelectuais tradicionais. Na base de desenvolvimento destes países estão os quadros da civilização espanhola e portuguesa dos séculos XVI e XVII, caracterizados pela Contra-Reforma e pelo militarismo parasitário. As cristalizações, ainda hoje, são o clero e uma casta militar, duas categorias de intelectuais tradicionais fossilizadas na forma de metrópole europeia. A base industrial é muito restrita e não desenvolveu superestruturas complexas: a maior parte dos intelectuais é de tipo rural e, já que domina o latifúndio, com extensas propriedades eclesiásticas. Em oposição ao jesuitismo, sofrem influência da Maçonaria e do tipo organizacional cultural, como a “Igreja Positivista” (GRAMSCI, 2004, p.15).

Para Gramsci (2000), na civilização moderna, as atividades práticas tornaram-se complexas, e as ciências mesclaram-se sobremaneira à vida, que “cada atividade prática tende a virar uma escola para os seus dirigentes e especialistas, tende a criar um grupo de intelectuais especialistas de nível mais elevado, que ensinem nestas escolas” (p.17). Em contraposição ao tipo de escola chamado “humanista”, que tinha uma visão de ensinar uma cultura geral, indiferenciada, onde o indivíduo é ensinado a pensar e saber orientar-se na vida, foi se criando gradativamente escolas particulares de diferentes níveis, para profissões especializadas. A crise escolar que se espalha por este processo de diferenciação e particularização, acontece de modo desordenado, “sem princípios claros e precisos, sem um plano bem estudado e conscientemente estabelecido” (p.17) - a crise do programa e da organização escolar, ou seja, da orientação geral de formação dos modernos quadros intelectuais é reflexo da crise orgânica mais ampla e geral.

A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, enquanto a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais. O desenvolvimento da base industrial tanto na cidade como no campo, gerava a crescente necessidade do novo tipo de intelectual urbano: desenvolveu-se, ao lado da escola clássica, a escola técnica (profissional, mas não manual) o que pôs em discussão o próprio princípio da orientação concreta de cultura geral, da orientação humanista da cultura geral fundada na tradição Greco-romana (Gramsci, 2000, p. 18).

A tendência atual, diz Gramsci (2000), é de extinguir todas as escolas de cunho humanista e disseminar aquelas nas quais “o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados” (p.18). A crise poderia ser solucionada, segundo o autor, se existisse uma escola de cultura geral, humanista, que compensasse a capacidade de trabalhar manualmente e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual.

Gramsci (2000) acredita que se deve ter consciência que, dentro desta perspectiva de desenvolvimento, assim como cada atividade prática cria escolas especializadas para si, do mesmo modo cada atividade intelectual também tende a criar seus círculos próprios de cultura em forma de instituições pós-escolares, interessados em manter-se informados sobre os avanços científicos de suas respectivas áreas.

Conforme Semeraro (2006), tratar de uma teoria do conhecimento a partir do ponto de vista dos interesses das classes subalternas, para Gramsci, não significa que estas possuam uma verdade pré-concebida, mas que, assim como todo grupo social que queira conquistar a sua hegemonia, particularmente se tratando de classes populares, estas devem “passar por um processo de construção de sua identidade, de sua intelectualidade e por uma educação que exige a construção de um saber mais avançado e socializado” (p.21).

Semeraro (2006) versa que, para entender o papel dos intelectuais, é preciso compreender como se constrói em Gramsci uma “metodologia da história”, pois diferentemente das ciências físicas ou naturais, nas ciências sociais, as lutas históricas se dão tanto num processo objetivo, real, mas também são carregadas de subjetividades, pois essas lutas são realizadas por homens que agem e constroem organizados e voluntariamente dentro de um processo histórico.

[...] Portanto, não é possível separar o conhecimento da vontade, a ciência da posição social e dos pressupostos teóricos que orientam os atores e os próprios cientistas. Esta relação dialética, defendida pela filosofia da práxis quando conscientemente reconhecida e politicamente assumida, pode ampliar ainda mais os horizontes da ciência e da compreensão histórica (SEMERARO, 2006, p.25).

Segundo Semeraro (2006), a filosofia da práxis trabalha para além do objetivo, das aparências e dos números. Para Gramsci, cingir-se a uma “classificação exterior e a uma matemática social”, retira dos homens suas possibilidades de serem sujeitos ativos que são possuidores de vontade e de ação. Isso significa, em prejuízo da sociedade, crer que não existe ação política, que não existem espaços de liberdade, de criatividade,

enfim, de decisões que requeiram a responsabilidade e as transformações inesperadas no lugar do conformismo e dos comportamentos mecânicos. A ciência está em contínuo desenvolvimento, busca representações e teorias para se expressar, e as representações são produtos da construção humana, que nascem de práticas científicas, sociais e interesses políticos; portanto, os conceitos e categorias utilizadas são criados e organizados dentro dos valores e das relações que os grupos sociais estabelecem entre si.

Semeraro (2006) delinea que, após os anos de 1970 com o início de um novo ciclo do capitalismo, aconteceram grandes transformações nos processos produtivos, nas práticas políticas e na função dos intelectuais. Com as transformações ocorridas no campo do trabalho, devido ao processo de informatização e da microeletrônica, as categorias dos trabalhadores e as organizações em massa diminuíram. Devido a estas mudanças, que acontecem numa velocidade voraz, e à diversificação na produção que fragmenta ainda mais os trabalhadores e esconde melhor as formas de dominação, torna-se mais difícil a compreensão da realidade e as formas tradicionais de lutas políticas. O capital com sua nova face de financeirização e flexibilização, por meio da “indústria cultural”, colocou o conhecimento aos desígnios da produtividade e do mercado, escamoteando assim, praticamente, todas as esferas da vida social.

[...] Difuso por toda a parte, parece ter chegado a realizar seu sonho mais ambicioso: tornar-se poder impessoal, “inconsciente social”, máquina que marcha por própria conta, separando do trabalho vivo e do incômodo das revoltas operárias. Sem rosto e sem lugar, o novo soberano hoje, se impõe feito oráculo hermético pelos indicadores econômicos anunciados todos os dias e por um dilúvio de informações que anulam a reflexão e a interlocução. Longe dos problemas da emancipação humana e imune às investidas da política, essa forma de poder encontra sua lógica mais acabada na cultura pós-moderna que aprofunda o processo de esvaziamento do concreto pelo abstrato, reduzindo-o à invisibilidade e ao simulacro (SEMERARO, 2006, p.140).

Semeraro (2006) versa que, desta forma cada vez menos se fala do intelectual “orgânico”, de classes trabalhadoras, de “militantes” e de educadores populares. Sob o domínio do neoliberalismo na economia, onde se tem um Estado mínimo para o social e voltado fortemente para o mercado, e da pós-modernidade na cultura, os intelectuais foram desarticulados do chão de fábrica e dos movimentos de massas e passaram a estar vinculados ao “campo do marketing, da estética e do fantasmagórico cenário da ‘vídeo-

esfera””. Portanto, a crise do intelectual orgânico se dá para além do avanço tecnológico, pelo dismantelamento dos “‘sujeitos coletivos’, pela relativização dos valores públicos, pela derrota do comunismo e pelo revisionismo imposto às revoluções” (SEMERARO, 2006, p.141).

Hoje, segundo Semeraro (2006), a categoria dos intelectuais se espargiu na mídia, na publicidade, no entretenimento nas organizações não governamentais (ONGs), em serviços administrativos e no controle do sistema, sendo reconfigurado, desta forma, seu papel dentro de uma contraditória vida política e atividade intelectual. Assim, o intelectual político-pedagógico vinculado à escrita, à escola, ao partido e às organizações populares parece desaparecer.

Porém, para Semeraro (2006), as novas ferramentas à disposição dos intelectuais devem ser utilizadas de forma criativa, pois mesmo Gramsci, em seu tempo, não aceita o novo acriticamente. Para ele, assim como o trabalhador deve acompanhar a evolução do mercado tornando-se especializado, o intelectual também deve estar atualizado e deve desenvolver suas pesquisas sem deixar-se mecanizar ou escravizar pelo sistema. “Não é suficiente defender-se do risco da revolução passiva inerente a toda modernização” (p. 144), o intelectual orgânico popular em Gramsci deve buscar os limites mais avançados do conhecimento e da tecnologia sem nunca perder a referência às lutas hegemônicas de sua classe, ao contrário, deve utilizá-los a favor das classes populares. Mesmo com as complexidades da contemporaneidade os ensinamentos de Gramsci guardam sua atualidade, pois se pode verificar uma óbvia diferença entre os intelectuais “funcionais” à dominação e os intelectuais “orgânicos” que lutam para superar as dificuldades impostas pelo sistema vigente.

Semeraro (2006), em sua concepção, considera que na “guerra de posição” que vivemos na atualidade, os intelectuais orgânicos ao sistema neoliberal, cujo capital trabalha apenas para expandir os mercados e forjar as mentes, mais do que orgânicos são funcionais às classes dominantes e alocam seus serviços ao seu favorecimento e não a comunidade, ao Estado. São os fiéis guardadores do poder e incapazes de fazer uma autocrítica do grupo que representam e de lançarem projetos de alcance ético-político. Os intelectuais orgânicos que trabalham para as classes dos dominados, ao contrário, acreditam que a “verdade é revolucionária” (p.146), não se abstém de formar consciências críticas e a construir um “bloco histórico” pautado numa relação dialética entre estrutura e superestrutura, economia e cultura, entre sociedade civil e sociedade política, visando uma relação horizontal entre governantes e governados além de

superar a separação entre intelectuais e massa. Estes intelectuais, assim como Gramsci estão convencidos de que:

A filosofia da práxis não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, mas é a própria história de tais contradições; não é o governo de grupos dominantes para ter o consenso e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; mas é a expansão destas classes que querem educar a si mesmas para a arte do governo e têm interesse em conhecer todas as verdades, também as desagradáveis, e evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e até de si mesma (GRAMSCI *apud* SEMERARO, 2006, p.146).

Segundo Semeraro (2006), Marx em seu tempo já indicava os horrores do capitalismo e que existia uma verdade que não podia ser escondida. No fato de não considerar a história humana na sua totalidade e usar subterfúgios para esconder as contradições que se acentuam no mundo, os intelectuais do sistema afixam a hegemonia do grupo ao qual pertencem. A implicação do intelectual com as lutas sociais não pode ser substituído pelas mídias, assim como nenhuma reorganização educativa poderá substituir a relação mestre-aluno e nenhuma propaganda eleitoral a ligação do partido com a realidade de suas bases. Em uma sociedade sem projeto como a nossa, seus intelectuais se afastam de outra característica fundamental presente em Gramsci: o reconhecimento do saber popular, a construção democrática e coletiva de um projeto público de sociedade.

Para Semeraro (2006), o intelectual que Gramsci delineia é “organizativo”, impulsionado em direcionar a sociedade como um todo, democrático, pois visa superar a relação de poder-dominância e popular porque está focado com a cultura e os projetos hegemônicos dos “subalternos”.

Gramsci, segundo Semeraro (2006), ao tratar em seus estudos de uma visão ampliada do intelectual, supera a visão restrita que se refere aos grandes intelectuais, avança de forma semelhante à visão de Estado ampliado ao articular de forma dialética sociedade civil e sociedade política, superando também a concepção de entidade separada e superior. Além disso, trata de uma concepção ampliada de partido onde inclui a função da mídia, seja escrita ou falada, de grupos e movimentos organizados na sociedade civil. Para o estudioso, o fato mais importante é a interação dialética que deve haver entre governantes e governados, instituídos e instituintes, para que possam construir um organismo social com dimensões ético-políticas. Finalmente, para além

das “posições atuais que reeditam um projeto “organicista” ou o pragmatismo holista, a organicidade de Gramsci se apresenta em forma de uma luta social, histórica e política para construir a hegemonia da democracia popular” (SEMERARO, 2006, p.148).

Conforme Semeraro (2006) é imprescindível considerar-se que, para Gramsci, o conceito de “orgânico” e do “ético-político” estão estreitamente ligados e levam à universalização da democracia popular e, para que esta aconteça, é necessária a construção de uma hegemonia capaz de envolver numa só unidade subjetividades individuais e “vontade coletiva”, de transformar em liberdade a necessidade, ou seja, de operar um processo de “catarse”, de subjetivação, que é o ponto de partida de toda a “filosofia da práxis”.

Então, em Gramsci, os intelectuais são “orgânicos” a um partido, a um grupo social, ao estado enquanto trabalham para superar o momento “econômico-corporativo” e o momento jurídico-administrativo e se lançam ao lado dos “subalternos” para criara fase da universalidade “ético-política” (GRAMSCI *apud* SEMERARO, 2006, p.149).

Semeraro (1999) versa que, para Gramsci, o ponto de partida e de chegada é sempre a liberdade e o benefício do indivíduo. A sociedade civil é o espaço onde os indivíduos “privados” de sua dignidade e fragmentados em suas atividades podem encontrar condições para construir a sua subjetividade e a sua individualidade. Ao organizar-se livre e criativamente, os sujeitos não desenvolvem apenas suas potencialidades individuais, mas também suas dimensões públicas e coletivas. Nesse sentido, existe um caminho do ser particular para o ser social. O indivíduo, mesmo que seja dono de suas decisões, jamais é visto como centro autônomo ou como ser auto-suficiente, mas sempre dentro de um contexto social, como sujeito interligado com outros sujeitos livres, com os quais se defronta e constrói consensualmente a vida em comum. Desta forma, para o indivíduo não pode existir uma liberdade individual desvinculada da realidade social. O “conceito de liberdade também não pode ser assimilado a alguma forma de liberalismo metapolítico, universalístico e meta-histórico” (GRAMSCI *apud* SEMERARO, 1999, p.160). Um dos traços mais marcantes de Gramsci foi compor a sociabilidade e a disciplina com a subjetividade livre e criativa do indivíduo e sempre buscou em seus estudos a relação dialética entre liberdade e necessidade, entre utopia e realismo, entre indivíduo e homem-coletivo. A liberdade individual, vista por Gramsci, não termina onde começa a dos outros, mas se

desenvolve ainda mais quando se encontra com a dos outros.

4 A APROPRIAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO DA CONCEPÇÃO DE INTELLECTUAL ORGÂNICO DE GRAMSCI

4.1 Concepção de Intelectual e Intelectual Orgânico na atualidade.

A presente seção pretende arguir sobre o papel dos intelectuais, a partir da análise da sociedade moderna, a ampliação da democracia, bem como relacionar o papel do assistente social como “intelectual” ou “intelectual orgânico” na sociedade contemporânea.

A análise partirá de autores contemporâneos apoiados em Gramsci e Marx que analisam o papel destes grupos, cuja função é essencial para a produção econômica, social e política das sociedades.

Segundo o sociólogo brasileiro Marco Aurélio Nogueira (2004), no mundo atual considerando as suas complexidades e fragmentação, são inúmeras as imagens dos intelectuais. Faz-se necessário uma análise da conjuntura atual para que se possa compreender o papel dos intelectuais na “formação” e ampliação da democracia.

Nogueira (2004) revela que hoje já não temos espaço para a imagem do intelectual rebelde, que não se submete a rotinas institucionais, pois é uma época de especialização e racionalização intensas, onde vigora o pragmatismo institucional – o homem se afasta da totalidade e, portanto, de uma crítica universal. Para ele, o mundo das instituições trouxe o atrito entre a liberdade intelectual e a rotina institucionalizada. O processo de informatização e informalização também deslocou o papel dos intelectuais nos processos de construção e reprodução de hegemonias, alterando o seu papel social. Além disso, a crise política, vivida neste início de século, trouxe vazios de perspectiva política tornando difícil a construção do cívico e da cidadania.

Todos esses processos tornam difícil a interação do intelectual criando, segundo Nogueira (2004), ou o “intelectual-positivo”, produtor de normas e racionalizações, ou o “intelectual à moda antiga”, agitador de ideias e princípios éticos sem potência para incidir positivamente na realidade efetiva.

Para ultrapassar estas barreiras, Nogueira (2004) analisa que é preciso intelectuais que ajam de forma dialética unindo o técnico e o humanista, o pesquisador positivo e o filósofo normativo e, apoiado no pensador Antônio Gramsci, serem agentes

de atividades gerais que são portadores de conhecimentos específicos, especialistas que também sejam políticos e que saibam não só superar a divisão intelectual do trabalho como também reunir em si o “pessimismo da inteligência” e o “otimismo da vontade”.

Segundo Nogueira (2004), sempre houve uma forma de pensar a vida coletiva para instituir um poder democrático, viabilizar o melhor governo e distribuir justiça; porém, por outro lado, existe também uma política deslocada para o poder, a autoridade, a correção, a política dos votos – exercida pelos políticos, profissionais e técnicos. Para ele seria ideal que estas três formas de política se integrassem para termos a “política dos cidadãos”. Esta desconexão traz para as sociedades uma enorme carência ético-política, onde os cidadãos ficam submetidos às instituições e aos especialistas ou técnicos.

Num contexto marcado por mudanças céleres, com formas tão complexas de organização, pelos padrões elevadíssimos de tecnologia, ciência e bem-estar com áreas imensas de pobreza e miséria, é que os intelectuais são repostos como protagonistas, a fim de darem sentido à complexidade crescente, para ajudar o mundo a pensar em formas mais avançadas de consciência de si (NOGUEIRA, 2004).

Nogueira (2004) acredita que é muito complexa a reflexão da reorganização do mundo, quando historicamente vivemos a derrota de tradições que modelaram o mundo político, cultural e social – o liberalismo *versus* o socialismo. Fato que alterou os padrões a partir dos quais se desenvolve o futuro e, desta forma, é compreensível um período de “hibernação” dos intelectuais, assim como é necessário um grande esforço dos mesmos para encontrar um caminho de superação.

Nogueira (2004) versa que é preciso ir para além do socialismo ou da democracia, intelectuais que saibam “por em curso” uma prática cotidiana que invada as instituições e se dedique a desmascarar criticamente o cinismo, as mentiras, as injustiças, a arrogância dos poderosos e a frieza dos tecnocratas, vai para além da economia e do mercado. Faz-se necessário expandir o pensamento criativo, aproximar interesses e ideias tendo em vista a formação de consensos consistentes. Segundo ele, ser também protagonistas de mudanças.

O papel do Intelectual na ampliação da democracia, conforme Gramsci (2004), seria dar homogeneidade, consciência e orientação à classe na qual ele exerce a função de intelectual orgânico, ou seja:

[...] o intelectual deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, (política, econômica e social) [...] deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da “confiança dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc. (GRAMSCI,2000, p.1).

Giovanni Semeraro (2006), apoiado em Gramsci, acredita que o intelectual orgânico democrático deve trabalhar a favor de toda a sociedade, percebendo sua totalidade e não apenas parte dela e deve estar pronto para superação das relações de dominação, articulado com a cultura e os projetos hegemônicos dos “subalternos”.

Para Semeraro (2006), Gramsci não se assustou com a evolução do mundo, assim como Marx também não. Em sintonia com o próprio tempo, os dois teóricos, utilizam com maestria os mais modernos meios de investigação e de comunicação. É o homem integrado no tempo e no movimento da sociedade em que vive.

Conforme Semeraro (2006), as ferramentas à disposição dos intelectuais não devem ser menosprezadas, pois o intelectual deve estar atualizado e desenvolver pesquisas inovadoras, sem se deixar agir mecanicamente ou se comprar.

Semeraro (2006) traça paralelos entre Marx, Gramsci e a atualidade mostrando que, independente dos avanços e dificuldades da modernidade, não podemos deixar de fazer a *traducibilidade* para as feições da sociedade atual e revela que o essencial das reflexões de Gramsci sobre os intelectuais, guarda sua atualidade até hoje. Nessas concepções está clara a distinção entre intelectuais “funcionais” à dominação e os intelectuais “orgânicos” aos que lutam para superá-la. Para o autor, são os intelectuais pragmáticos que se colocam à disposição de uma sociedade gerenciada para poucos, e os que se envolvem com as organizações populares para construir uma democracia realmente “orgânica” para todo o corpo social.

Segundo Semeraro (2006), na “guerra de posição” que vivemos no mundo atual, existem os “intelectuais orgânicos ao capital transnacional” que lutam por expandir os mercados e manter o *status quo*, incapazes de fazer uma autocrítica do grupo que representam e de apresentar projetos de alcance ético-político, mas, também, o que denomina de “intelectuais orgânicos aos dominados”, que não abdicam de formar consciências críticas e uma articulação dialética entre sociedade civil e sociedade política, visando superar as relações verticais entre governantes e governados.

Em tempos de pós-modernidade, os intelectuais “orgânicos” não se tornam obsoletos, mas encontram-se diante de novas tarefas. Como nunca, precisam aprender com Gramsci a difícil arte de lidar com a diversidade sem cair no relativismo, de lutar contra os dogmas sem deixar de buscar a verdade, de respeitar a particularidade sem se pulverizar, de construir a unidade sem transformá-la em uniformidade, de realizar a democracia popular contra os simulacros pós-modernos. Se essas considerações estiverem certas, torna-se necessário pensar também novos partidos com dimensões éticas e políticas capazes de “fundar novos Estados”(SEMERARO, 2006, p.388).

Observar que “hoje”, baseada nos estudos de Gramsci, não existem intelectuais que não estejam ligados a uma classe: subalterna ou dominante. É possível notar no Brasil, após a Constituição de 1988, a volta dos Fóruns, Conselhos de Direitos e Associações, entre outros; um movimento de participação social encabeçado por intelectuais que visam tanto a melhoria como a busca da cidadania. Assim como os intelectuais que trabalham para a manutenção do *status quo*.

Em tempos de pós-modernidade, ainda é possível falar-se do intelectual orgânico, mas, devido às transformações sociais que vem ocorrendo desde a segunda metade dos anos de 1970, pode-se perceber que houve uma re-configuração deste modelo de intelectual.

4.2 A Apropriação do Conceito de Intelectual pelas Instituições Acadêmicas do Serviço Social

Associado a esta conjuntura, o papel do Serviço Social é repensado e é neste período que acontece o Movimento de Reconceituação da profissão, num processo de crítica e ruptura da prática profissional com as matrizes norte-americanas. Dá-se num momento de efervescência cultural, social e política que se expande pela América Latina buscando romper com o imperialismo norte americano, lutando por autonomia nacional e buscando romper com a estrutura capitalista excludente e exploradora. Este movimento durou aproximadamente uma década (1965-1975) se desenvolveu por vertentes diferenciadas desde desenvolvimentista até as mais radicais que propunham um Serviço Social comprometido com a realidade dos povos latino-americanos, cujo referencial se deslocava da visão funcionalista para a perspectiva dialética (SIMIONATTO, 1995).

No Brasil, com o golpe militar de 1964, a perspectiva modernizadora cedeu lugar a uma proposta pragmática e tecnocrata destinada a responder as necessidades do

crecente recesso da acumulação capitalista, numa política desenvolvimentista modernizante e os assistentes sociais são, naquele momento, intelectuais orgânicos que servem à classe dominante - funcionalista na questão do trato social, pois os assistentes sociais trabalham neste período com “desenvolvimento de comunidade” para tratarem dos problemas sociais. Portanto, o “Serviço Social passou a ser requisitado como profissão fundamental no encaminhamento de respostas da classe dominante às novas formas de expressão da “questão social”” (IAMAMOTO *apud* SIMIONATTO, 1995).

Apesar das ações repressivas dificultarem o encaminhamento de reflexões ideopolíticas, isto não impediu que se formassem críticas ao modelo político instituído e aos aportes teóricos que permeavam o Serviço Social no período (método BH – documentos de Araxá e Teresópolis). Havia profissionais mais críticos que questionavam o papel do Serviço Social porém, devido ao momento vivido, foram postos em situação marginal.

Somente a partir de 1978, com a abertura política no governo de Figueiredo, é que houve uma ampliação de participação dos movimentos populares, que passaram a pressionar politicamente, pois havia uma enorme disparidade na distribuição de renda e uma forte exploração da classe trabalhadora.

Nesta conjuntura, o Serviço Social, no encontro promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS, no Centro de Estudos do Sumaré, traz para a discussão duas vertentes no desenvolvimento de comunidade: profissionais identificados com o modelo desenvolvimentista econômico (inspiração fenomenológica); e profissionais que buscam uma aproximação com as classes subalternas (com intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional), já influenciados pelo marxismo e através da aproximação com Gramsci. Neste evento é que alguns profissionais expõem, embora sem muita sustentação teórica, a questão do método dialético da tradição marxista, a questão do Estado, da hegemonia, dos intelectuais e do bloco histórico, segundo o pensamento de Antonio Gramsci. Nesse momento o Serviço Social ainda forma profissionais como “intelectuais tradicionais”, pois servem apenas para a manutenção do *status quo* (SIMIONATTO, 1995).

Simionatto (1995) versa que a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, que havia sido interrompida pela conjuntura política instaurada pelo golpe militar de 1964, foi retomada com grande força a partir da segunda metade da década de 1970. As modificações sofridas pela sociedade brasileira neste período ampliaram os espaços de atuação dos profissionais do Serviço Social. Os assistentes sociais que

estavam restritos às instituições passaram a ter a possibilidade de uma maior aproximação com o movimento organizativo das classes subalternas. Devido às mudanças que ocorriam na conjuntura política do país, a prática profissional, como parte da realidade, vai se redefinindo, começa a desligar-se da perspectiva modernizadora que caracterizava a profissão até então. Consequentemente, avança para um projeto de ruptura do compromisso social com o poder burguês que historicamente marcou a profissão. As reflexões profissionais trocam de direção, na medida em que os assistentes sociais se colocam frente a frente com a realidade e com as condições de existência das classes exploradas.

Simionatto (1995) delinea que, no processo de reorganização do Estado e na necessidade de fortalecimento da sociedade civil, os profissionais do Serviço Social sentiram a necessidade de buscar novos aportes teóricos que permitissem recuperar a prática e a formação profissional. Neste novo panorama aponta, mesmo que de forma estrita, uma renovação no âmbito universitário e é a partir da Universidade que se formará o espaço da pesquisa e da investigação, com propostas inovadoras que visam ultrapassar os limites impostos pela classe burguesa.

A partir de meados da década de 1970, com a distensão política e um relaxamento da tensão sócio-política e cultural, as universidades passaram a implementar os cursos de pós-graduação, originando uma produção cultural de teses acadêmicas, principalmente nas áreas de Ciências Sociais e Educação. O aumento do público universitário trouxe possibilidades para a criação de um espaço de contestação da ordem estabelecida. É neste período que as idéias de Gramsci são novamente recepcionadas na realidade brasileira. Encontra-se uma produção bastante expressiva, que se reporta às temáticas do pensamento gramsciano, que vão desde a questão do Estado até a organização da cultura, passando pela questão da hegemonia, bloco histórico e, sobretudo, dos intelectuais.

Houve um especial interesse dos educadores pelas temáticas de Gramsci, principalmente em suas reflexões dos *Cadernos do Cárcere*, com ênfase para as questões que diziam respeito à educação, que explicitam a função da escola na sociedade capitalista através de conceitos como sociedade civil, sociedade política, hegemonia e intelectuais.

Analisa como a ideologia dominante perpassa o sistema educacional e, através deste, busca repassar sua visão de mundo à classe dominada. Compreende-se, assim, que a escola, enquanto aparelho privado de

hegemonia, é o *locus* de formação do senso comum onde a classe dominante encontra espaço privilegiado para repassar a sua ideologia (SIMIONATTO, 1995, p. 134)

Conforme Simionatto (1995), a reflexão das questões pedagógicas, entre os anos de 1970/80, vem sempre fundamentada na ideia gramsciana de que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”. Sob esta ótica, a concepção de hegemonia fica reduzida, em grande parte, ao espaço das relações pedagógicas escolares, perdendo-se de vista sua dimensão na análise dos processos sociais. Porém se, por um lado, os textos trazem a importância atribuída por Gramsci à esfera da cultura na formação de uma nova consciência social e política, por outro, colocam em segundo plano a importância das relações econômicas, que determinam o processo histórico. As produções teóricas, nesta fase, entretanto, apontam para um novo modo de pensar a educação, indagando a estrutura elitista e excludente da escola. Permitem questionamentos em relação ao papel da educação na sociedade capitalista enquanto reprodutora das relações sociais, fato este, proeminente nos governos militares que refletem a concepção tecnocrática de educação e sua relação com os interesses imediatos das classes hegemônicas. “A escola passa a ser, então o veículo privilegiado de reprodução “às fornadas” de intelectuais orgânicos da burguesia, cujo papel e razão de existência estão em serem pensadores dos sistemas a que servem” (BOSI, 1975, p.106 *apud* SIMIONATTO, 1995, p.135).

As análises assinalam para a necessidade de rever o papel do educador, para que este se transforme num agente político e estabeleça uma nova relação entre escola e sociedade. Combinam-se neste momento elementos da perspectiva gramsciana assim como das teorias de Paulo Freire que influenciaram a área educacional neste período.

Simionatto (1995) versa que é no final dos anos 70 e início dos 80 do século XX que se instaura um novo debate no interior do Serviço Social. Para esta autora, é na grande produção de trabalhos que, no eixo da produção marxista, busca no aporte teórico gramsciano subsídios para discutir a profissão. Esta produção, além dos trabalhos do grupo de Belo Horizonte e de Yamamoto, abarca “formulações significativas de profissionais que também buscaram caminhos para pensar o Serviço Social como profissão inserida no processo de transformação social” (p.185).

Neste período, a aproximação do Serviço Social com o pensamento de Gramsci terá um polo de discussão decisivo que são as produções acadêmicas do curso de mestrado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro –PUC/RJ. Apesar da

difusão do pensamento gramsciano nestes polos, a autora esclarece que não se pode deixar de reconhecer as limitações e equívocos de interpretações ocorridos não só no Serviço Social, mas também em diferentes setores profissionais. Os estudos realizados são algumas vezes, inconsistentes, reduzem, deturpam e limitam a perspectiva gramsciana.

Os recortes que mais interessavam ao Serviço Social para refletir sobre os problemas da época, referem-se, segundo Carvalho, ao entendimento da hegemonia, do consenso, da força, da reforma intelectual e moral, formação da vontade coletiva, construção do processo contra-hegemônico no interior do próprio processo de dominação. Destaca-se, ainda, a tematização gramsciana sobre ideologia que, enquanto concepção de mundo, “ajudava-nos a pensar tanto na perspectiva da ideologia dos dominantes como na dos dominados”. Ganha destaque também a reflexão sobre intelectual orgânico, conforme ressalta Carvalho (1991): “Qual o papel do assistente social como intelectual orgânico neste processo? Era o assistente social um intelectual orgânico? Discutíamos muito esta questão, pois buscávamos aprofundar os níveis de organicidade desse profissional, as mediações que permitiam compreenderem em que medida o assistente social poderia ser um intelectual orgânico da classe dominada e, ao mesmo tempo, fazer uma crítica ao Serviço Social, uma vez que ele servia ao poder constituído, à burguesia” (CARVALHO *apud* SIMIONATTO, 1995, p.201).

Outro polo significativo para o desenvolvimento dos estudos do pensamento de Gramsci também se desenvolveu no departamento de Serviço Social na Universidade Federal do Maranhão, devido à ligação dos profissionais com a PUC/RJ. Dentre as discussões e preocupações com a atuação profissional a interrogação premente é:

Se o método marxiano volta-se para interpretação da realidade, como delinear a prática interventiva do Serviço Social? Como poderia se construir algo em termos metodológicos que pudesse contribuir para a superação do pragmatismo e praticismo que marcavam as ações do Serviço Social?(CARVALHO *apud* SIMIONATTO, 1995, p.202).

Segundo Simionatto (1995), é no viés destas preocupações que o grupo do Maranhão apoia-se nas ideias de Gramsci, pois acreditam que dentro do campo marxista, é que se permite pensar o “encaminhamento de uma prática *política e pedagógica*, portanto de uma práxis social voltada à luta da hegemonia na sociedade, na qual o Serviço Social, enquanto prática profissional tem um papel a desempenhar” (p.202).

Conforme Simionatto (1995), os intensos debates ocorridos nos anos de 1980 acresceram a ligação que Gramsci forneceu para pensar a profissão no interior do marxismo. Apesar de este autor ser discutido com menor intensidade nas academias, a autora enfatiza a atualidade do pensamento de Gramsci para pensar tanto o Serviço Social quanto as grandes contradições postas na contemporaneidade.

A partir de meados de 1980, o Serviço Social se apropria das fontes originais de Gramsci procurando compreender a função social e posição do assistente social enquanto profissional no processo de transformação social, percebendo a desconexão entre a teoria e o método de análise das formulações sobre o trabalho social como objeto de estudo. O referencial gramsciano a princípio é buscado como possibilidade para pensar a atuação do assistente social enquanto intelectual orgânico, balizando o seu compromisso com as classes expropriadas. Este eixo de reflexão, fundamentando-se numa leitura equivocada da obra de Gramsci, por muitos momentos foi utilizado para reeditar as tendências da visão missionária do assistente social em face dos segmentos pauperizados da população (SIMIONATTO, 1995).

Simionatto (1995) versa que, a produção teórica apoiada em Gramsci, a partir dos anos de 1983, transfere-se da PUC/RJ para o polo da Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, através dos cursos de Mestrado e Doutorado. Também aparecem trabalhos significativos decorrentes dos cursos de Mestrado de Campina Grande, Paraíba, e Recife, em Pernambuco. Os temas gramscianos mais constantes nos textos, nesta fase, são os que se referem às noções de intelectual orgânico, intelectual tradicional, hegemonia, bloco histórico, ideologia, Estado, filosofia da práxis, americanismo e fordismo. São utilizados ora, como divulgação do pensamento gramsciano, ora como mediação para pensar a realidade da profissão e o seu compromisso com a realidade brasileira.

Nas produções deste período, Simionatto (1995) analisa que as temáticas gramscianas de “intelectual orgânico” e “intelectual tradicional” vêm perpassadas por enganos de diversas ordens. A reflexão sobre o intelectual orgânico, que para Gramsci tem um espaço de vulto, é retomada nestas discussões de forma simplista e reducionista.

[...] Cabe assinalar que tornar-se intelectual orgânico, no sentido gramsciano, não envolve uma questão moral de “dever ser”, ou uma opção apenas tingida com as tintas de um novo referencial teórico. Não é suficiente, também que os assistentes sociais transfiram-se em massa às fileiras dos movimentos populares e posicionem-se com atitudes de rejeição e crítica ao sistema capitalista. Tornar-se

intelectual orgânico das classes subalternas não implica apenas a realização de mudanças de cunho teórico, mas implica também uma prática articulada com as organizações representativas das classes subalternas, contribuindo para que estas se afirmem cada vez mais como protagonistas políticos (SIMIONATTO, 1995, p. 206).

Em relação ao entendimento de intelectual tradicional no sentido gramsciano, na maioria das vezes entende-se por “tradicional” os intelectuais conservadores. Simionatto (1995) explicita conceitos de duas estudiosas dos anos de 1980 e a seguir faz sua arguição a respeito. Para Maria Ester B. Dias “são aqueles que defendem uma proposição a-histórica cujo desdobramento lógico consiste na neutralidade científica e política” (DIAS, 1982, p.36 *apud* SIMIONATTO, 1995, p.206). Na visão de Simone de Jesus Guimarães, os intelectuais tradicionais “atuam como mediadores do consenso entre o Estado e a sociedade assegurando a expansão dos aparatos de hegemonia da classe dominante” (GUIMARÃES, 1988, p.123 *apud* SIMIONATTO, 1995, p.206). Conforme Simionatto (1995) coloca-se em contraposição o intelectual tradicional e o intelectual orgânico, o que significa a falta compreensão dessas diferenciações no pensamento gramsciano. Na compreensão da autora, no sentido que Gramsci lhe atribuiu:

[...] Tanto se refere ao intelectual conservador quanto ao intelectual revolucionário, o mesmo ocorrendo com o intelectual orgânico, que pode estar vinculado tanto ao projeto burguês quanto ao projeto das classes subalternas (SIMIONATTO, 1995, p.206).

Deste modo, há uma imprecisão na noção de que o “intelectual tradicional garante a sustentação do sistema e o intelectual orgânico trabalha no sentido da transformação” (SIMIONATTO, 1995, p.207).

Segundo Simionatto (1995) quando se recupera o pensamento gramsciano, constatar-se-á que os intelectuais tradicionais aparecem na história a partir de uma estrutura econômica anterior, isto é, sobrevivem ao desaparecimento de um modo de produção passado e, na atualidade, gozam de certa autonomia em face das classes fundamentais. Outra possibilidade é que de uma passagem histórica a outra, o intelectual conecte-se aos aparelhos privados de hegemonia para desenvolver suas funções profissionais e, concomitantemente, vincule-se às instituições representativas da classe operária. Nesse sentido ele é um intelectual tanto orgânico quanto tradicional.

Como exemplo, Simionatto (1995), cita as universidades que podem ser caracterizadas, a partir do pensamento gramsciano, como um aparelho privado de hegemonia que, assim como a Igreja, têm certa autonomia e existiam antes do capitalismo. Os intelectuais enquanto desenvolvem suas funções dentro de suas respectivas instituições como intelectuais tradicionais, podem desenvolver suas ações tanto de forma conservadora como de forma revolucionária. “Não podem ser definidos como intelectuais orgânicos, uma vez que a função que exercem não foi criada por nenhuma das classes fundamentais” (SIMIONATTO, 1995, p. 207).

Em se tratando da linha de análise das práticas da assistência social, Simionatto (1995) analisa que, elas estão estabelecidas mesmo antes da Idade Média, como meio de ajuda aos pobres, tendo continuidade durante o feudalismo e abarcando o período capitalista. Sob este aspecto, pode-se situar o assistente social como intelectual tradicional, na proporção em que suas funções representam uma continuidade histórica, passando por diferentes formações sociais. A assistência social realizou-se por séculos, por meio de instituições ligadas a Igreja, invertendo-se esta situação no capitalismo moderno, quando deixa de ser um instrumento de distribuição de caridade privada, transformando-se numa atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo poder dominante. É preciso considerar, entretanto, que a passagem das atividades filantrópicas para a institucionalização pública, acarreta a incorporação de parâmetros teórico-científicos. “Não se trata de um deslocamento mecânico, mas sim de uma incorporação de novas tarefas no enfrentamento da ‘questão social’ com as configurações postas pela ordem capitalista” (p.208). Deixa de ser uma questão de: ricos *versus* pobres, e passa a ser uma questão de proletários *versus* empresários, ou seja, capital *versus* trabalho.

[...] o projeto de assistência social que nasce com o capitalismo não é o de ‘ajudar operários em desigualdade’ (...) mas o de educar a classe operária, isto é, fornecer-lhes regras de bom senso e razões práticas, corrigir seus preconceitos, ensinar-lhe a racionalidade, discipliná-la nos seus trajés, nos seus lares, nos orçamentos domésticos, na maneira de pensar (VERDÈS- LEUROUX, 1986, p.15 *apud* SIMIONATTO, 1995, p.208).

Na visão de Simionatto (1995), o Serviço Social, no momento da sua institucionalização na sociedade capitalista moderna, emerge como uma fusão das práticas sócias pré-capitalistas aliando-se ao projeto da classe dominante. Para ela, se

considerar-se que os serviços sociais prestados pelo Estado, especialmente as políticas sociais, são resultados das correlações de forças sociais que se travam nas diversas conjunturas, expressando desta forma, as pressões e reivindicações reais da população, pode-se compreender que o assistente social tem possibilidades de direcionar sua prática tanto na perspectiva das classes dominantes, quanto na perspectiva das classes dominadas, possuindo, por conseguinte certa autonomia. Neste sentido pode-se considerar que o assistente social, do ponto de vista gramsciano, é um intelectual tradicional, pois ao desenvolver suas atividades diretamente ligadas ao Estado está vinculado a um aparelho de hegemonia, porém no seu cerne, tem possibilidades de se posicionar; tanto coadunando com o projeto burguês ou se colocando ao lado das classes subalternas, embora com limites. Isso porque ele estabelece uma relação com as classes sociais que não é direta e sim a partir do seu posicionamento, que o define como intelectual tradicional conservador ou revolucionário, cuja organicidade irá estabelecer na medida em que ele se vincule ao partido, ao sindicato a aos diferentes organismos representativos das diferentes classes. Enfim, para entender a noção de intelectual orgânico e tradicional no sentido gramsciano, torna-se fundamental estabelecer as mediações necessárias.

Embora, pareça-me que esta seja a noção mais adequada, em toda a historiografia do Serviço Social defende-se que o assistente social é um intelectual orgânico da burguesia. Assim, se partirmos da premissa de que o Serviço Social tem suas origens nos marcos do capitalismo, e se desenvolve como profissão no contexto da divisão social capitalista do trabalho, o assistente social é, sem dúvida, um intelectual orgânico da burguesia. Nesse sentido, ele apresenta gramscianamente como um intelectual moderno, do tipo característico da sociedade industrializada (SIMIONATTO, 1995, p. 210).

Simionatto (1995) analisa também que as ideias de Gramsci passaram gradativamente a ser incorporadas no Serviço Social, ampliando as possibilidades para pensar os referenciais teóricos e as ações interventivas. As elaborações teóricas de Gramsci repercutiram de forma profunda no Serviço Social em toda a década de 1980, ultrapassando esta década chega aos anos de 1990, em “formas de livros derivados de teses acadêmicas seja na forma de ensaios diversos publicados nas revistas específicas da profissão” (p.185).

No âmbito internacional, Simionatto (1995), ressalta que as ideias gramscianas permearam da mesma forma o debate profissional para além das universidades, mesmo

que de forma não muito explícita. As discussões ocorridas no encontro realizado pelo Centro Latino Americano de Trabalho Social – CELATS, em 1979, cuja temática foi em torno da prática institucional do Serviço Social. A nova visão das instituições, entendidas não mais como um bloco monolítico, mas capazes de expressar as contradições e os conflitos entre os interesses da classe dominante e dos grupos dominados, baseiam-se nas noções gramscianas de aparelhos privados de hegemonia, de alargamento do Estado e de intelectual. Presumindo que as relações entre a prática profissional e o aparelho institucional somente podem ser compreendidas a partir de seu movimento contraditório, que é possível o encaminhamento de novas formas de pensar o papel profissional do assistente social enquanto intelectual que se vincula aos interesses de uma das classes fundamentais. Respeitando estes princípios, assevera-se que toda a prática profissional tem precipuamente uma dimensão política.

Nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais V e VI, realizados respectivamente nos anos de 1985 e 1989, nota-se que no temário das discussões e dos trabalhos apresentados o uso recorrente do pensamento de Gramsci para análise da realidade socioeconômica e política do país. A centralidade das discussões girou em torno das questões de política social e em seus diferentes desdobramentos: habitação, saúde, previdência e assistência social, movimentos sociais do campo e da área urbana, bem como reflexões a respeito da dimensão política da prática profissional do assistente social na realidade brasileira (SIMIONATTO, 1995).

No início dos anos 1990, é que o Serviço Social se apropria da filosofia da práxis abrindo-se à possibilidade da “reforma intelectual e moral” e a construção da hegemonia para uma concepção de transformação social.

Hoje mais do que nunca, é necessário um posicionamento político e intelectual do assistente social, construído a partir da sua bagagem teórica, para que se tornem intelectuais orgânicos. Este processo passa por uma real construção ou desconstrução de valores morais, éticos e políticos do profissional somados de um engajamento junto aos organismos que lutam pelas classes subalternas.

Simionatto (1995) considera que diante dos desastres político-culturais do final do século XX, com o fracasso das experiências ditas socialistas numa escala histórico-mundial a questão é como pensar os problemas contemporâneos e suas expressões postas pela ordem neoliberal na atualidade. Para esta autora, “tais questões somente podem ser respondidas se situarmos Gramsci como um pensador inserido na tradição marxista, cuja proposta assenta-se no mesmo paradigma fundado por Marx” (p.250).

Apesar de que, tanto na obra de Marx como na de Gramsci, existem elementos ultrapassados para a solução dos problemas apresentados neste início do século XXI, o mesmo não pode ser dito sobre o paradigma por eles fundado. A articulação teórico-metodológica de raízes marxianas perseguidas por Gramsci permanece um instrumento essencial para a transformação social. A realidade atual é diversa da vivenciada por Gramsci, porém a continuidade de sua influência não pode ser descartada. É importante ter clareza de que a “‘crise do socialismo real’, compromete uma específica interpretação de Marx, mas não o patrimônio categorial do marxismo, expresso nos textos ‘clássicos’ e na grande leitura deles decorrentes” (COUTINHO, 1991, p.96 *apud* SIMIONATTO, 1995, p.251).

Simionatto (1995) versa que em meio à crise que solapa a tradição comunista, o socialismo tem-se mostrado vivo porque as causas que o fizeram nascer ainda se fazem presentes em toda a humanidade. “A perspectiva revolucionária não se esgota somente porque o comunismo entrou em colapso no Leste europeu; a idéia de socialismo ainda permanece como projeto, como horizonte daqueles que acreditam na superação de uma realidade mundial moldada pelo capitalismo” (p.251).

“Os valores e princípios do projeto socialista são originários do marxismo e, portanto, vão além do bolchevismo, e não foram invalidados pela derrocada da experiência do leste europeu” (SIMIONATTO, 1995, p.252).

Conforme escreve Hobsbawn: “enquanto o capitalismo requer crítica, o marxismo pode ser transformado, mas é improvável que desapareça [...],é extremamente improvável que o posto obtido por Marx no universo intelectual de nosso século, o estímulo encontrado por muitos intelectuais no marxismo E as discussões desenvolvidas em torno dele não prossigam no futuro, a menos que sejam destruídos todos os livros ou a civilização humana aniquilada em sua forma atual (HOBSBAWN, 1989, p.63-64 *apud* SIMIONATTO, 1995, p.252).

Para Simionatto (1995), quando tratamos dos males causados pelo comunismo, não devemos olvidarmo-nos dos males do mundo capitalista, que são igualmente sérios, pois é no momento em que o capitalismo tornou-se força única, dominante do mundo, devemos nos ater com mais atenção à miséria, à mutilação, à destruição, à negligencia, à divisão e à irresponsabilidade procedentes do processo de acumulação capitalista. Nesta conjuntura, o pensamento de Gramsci, é com certeza, diligente para uma nova ideia de revolução, reafirmando a necessidade de construção de uma “vontade coletiva”, que se

forme de “baixo para cima”, a partir “das posições ocupadas pela coletividade no mundo da produção” (p.253).

Simionatto (1995) acredita que Gramsci nos deixou um legado importantíssimo no aspecto de estarmos abertos ao novo que irrompe na história e na política. “É preciso voltar brutalmente a atenção para o presente tal como é, se quer transformá-lo” (GRAMSCI, *apud* SIMIONATTO, 1995, p.253). Portanto, apesar de serem tempos diferentes, não se pode deixar de admitir que o texto gramsciano nos faz atentar para o presente ‘tal como agora’, portanto suas reflexões podem nos ajudar na realidade do nosso tempo, nesta dimensão radicalmente nova.

Não há dúvidas que a filosofia da práxis em Gramsci, é entendida como uma construção própria das classes subalternas, que se organizam, junto com seus intelectuais, para suplantar e superar a visão restrita e desumanizadora das classes elitizadas. Partindo das contradições do mundo mantido por estes a filosofia é da práxis porque os subalternos, com suas práticas políticas, econômicas e culturais, conseguem elaborar uma proposta alternativa, universal e socializadora do mundo, superior a ordem existente, atribuindo-se a tarefa histórica de construir coletivamente, de baixo, uma nova, *total, integral civilização* (SEMERARO, 2006, p.70).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nós entendemos que este estudo realizado sobre as categorias de Gramsci com foco principal para um projeto de construção coletiva, e trazendo a importância do papel do intelectual e do intelectual orgânico neste processo se mostrou extremamente profícuo para o entendimento do fazer profissional. O conjunto de conhecimentos e concepções ideo-políticas estudadas e incorporadas pelo Serviço Social consolida o projeto-ético político da profissão vinculado a defesa de uma proposta transformadora da ordem (neo) liberal vigente na atualidade.

Acreditamos que o Serviço Social pautado na *razão crítica*, na apreensão do processo histórico como totalidade, prepara profissionais que são intelectuais e que devem trabalhar para a defesa de um projeto teórico-prático e ético-político que os mantenham uníssonos com as classes apropriadas de seus direitos, a fim de juntos lutarem por uma sociedade mais justa.

A importância deste estudo se dá também para compreensão de que através dos estudos de Gramsci, das categorias por ele minuciosamente tratadas, pela concepção revolucionária da sua filosofia política e pelo momento histórico de crise em que realizou esta tarefa em muito se assemelha com o que se vivencia hoje pelo *totalitarismo neoliberal* que impõe uma crise ininterrupta. São afinidades entre histórias de vida marcada por privações, discriminações e violências reservada aos países periféricos, aos mercados ditos emergentes. A força do seu trabalho é vista nos autores estudados, e os que aqui me apoiem sem dúvida são intelectuais lutam para mostrar que existe um outro projeto de sociedade que pode ser realmente democrático.

O resgate histórico feito a respeito da profissão mostrou alguns períodos nos quais os profissionais se apropriaram dos conceitos de Gramsci para atuação em processos político-organizativos, principalmente a partir dos anos de 1970 com a abertura política, a efervescência cultural e aproximação dos profissionais com os movimentos sociais na redemocratização do país. O movimento de Reconceituação da profissão nos anos de 1980 fortaleceu a profissão privilegiando os profissionais no seu agir profissional, pois a busca pela práxis deu um novo norte à profissão. Avistou-se a partir de então outra via para o fazer profissional que não apenas o apoiado na razão positivista onde os assistentes sociais apenas eram funcionais ao sistema vigente. Questionou-se, o papel dos assistentes sociais como propulsores de um novo caminho a ser pensado para os agravos sociais.

Acreditamos que no contexto mundial marcado pela globalização, onde se proliferam formas cada vez mais complexas de organização, pela contradição entre riqueza e pobreza que se espalha pelo mundo de forma exponencial os *Intelectuais* são chamados a contribuir para dar sentido a esta confusão crescente, não apenas para difundir éticas alternativas e impulsos unificadores, mas para ajudar a pensar e adquirir formas mais avançadas de consciência de si.

Há que se considerar que após os anos de 1990 com os desdobramentos das mudanças societárias e sob a ofensiva do projeto (neo) liberal tem sido colocado em *xequê* a possibilidade de um projeto libertador. As dificuldades impostas para a profissão apontam para desmantelamento das conquistas realizadas, principalmente em pesquisas e estudos para áreas que não primem pelo desenvolvimento tecnológico. A valorização da razão instrumental e do pensamento conservador em detrimento a *razão dialética* rearticulados trazem, ao fazer profissional, o afastamento entre teoria e prática, que é de suma importância para compreensão dos tempos e movimentos da sociedade

em todos os aspectos: político, econômico, social e cultural e que não podem ser compreendidos como momentos separados ou cristalizados, mas sim como conjunto, a fim de se compreender a questão social e seus desdobramentos.

Devido à complexidade da sociedade em que vivemos somente conseguiremos modificações sociais sólidas se buscarmos trabalhar para o planejamento de programas e projetos em espaços que possamos trabalhar a práxis, a fim de nos aproximarmos cada vez mais de uma sociedade equânime, valorizando o fortalecimento dos movimentos sociais e assim a participação popular.

Conforme Nogueira (2004) é com o nosso engajamento, participação e no encontro da cultura e política que podemos buscar substratos para impulsionar uma transformação dotada de sentido. A figura do intelectual precisa aparecer como um “arquiteto de ideais, difusor de pensamento crítico e conscientização. Precisamos, segundo Nogueira (2004), de intelectuais estilo Gramsci, que saibam pensar, fazer, organizar, que sejam porosos, polivalentes, receptivos as ideias e a vida pública. Que da técnica do trabalho se chegue a técnica-ciência, a concepção humanista histórica sem a qual se permanece “especialista e não se chega a dirigente.

Acreditamos que o assistente social incorporando a temática estudada poderá fortalecer a práxis profissional a fim de realizar um trabalho transformador, que busque ir para além da mera identificação das demandas fragmentadas e focalizadas. É preciso ir para além da aparência que esconde o real significado destas demandas no contexto antagônico das relações sociais capitalistas. Caso contrário, continuaremos a produzir profissionais ou intelectuais orgânicos que trabalhem para manutenção do sistema vigente, pois apropriar-se de uma visão marxista significa crer em valores diferentes do que estão postos na sociedade atual.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, C. N. **Gramsci e a sociedade civil**. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=209>> Acesso em: 20/11/2014.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

NOGUEIRA, M. A. A síntese como problema. In: **Revista Lua Nova**, n. 54, 2001. São Paulo: CEDEC, 2001, p. 55-71.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Potência, limites e seduções do poder**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

_____. **Os intelectuais, a política e a vida**. In: MORAES, D. de. (Org.). **Combates e utopias: Os intelectuais num mundo em crise**. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 357-372.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SEMERARO, G. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. **Revista Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006.

_____. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. Aparecida: Idéias& Letras, 2006.

SIMIONATTO, I. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influencia no serviço social**. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília CFESS/ABEPSS. 2009, p. 87-106.

_____; RODRIGUES, C. **Marxismo gramsciano e serviço social: a recuperação da filosofia da práxis**. Disponível em

<carol_costa2@yahoo.com.brhttp://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/5824_Simionatto_Ivete.pdf> Acesso em: 25/11/2014.